coleções
Caros amigos

FASCÍCULO 7
governo Médici - A tortura

R$ 7,50

a ditadura militar no Brasil

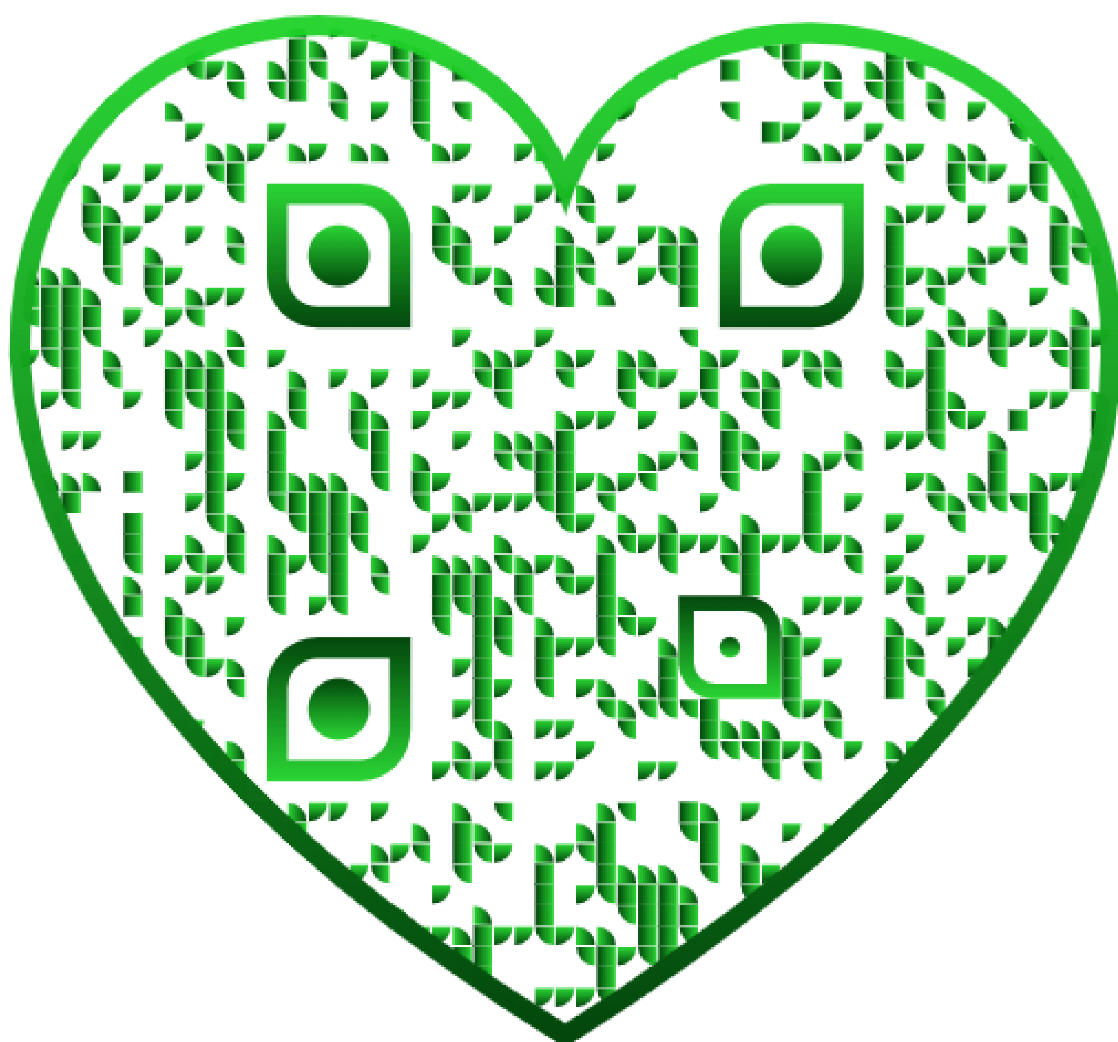
a história em cima dos fatos

ISBN 978-85-86821-84-4



caros amigos editora

Digitalizado por http://www.compartilhandoecriandoinformacao.blogspot.com/



TERROR ESTATAL

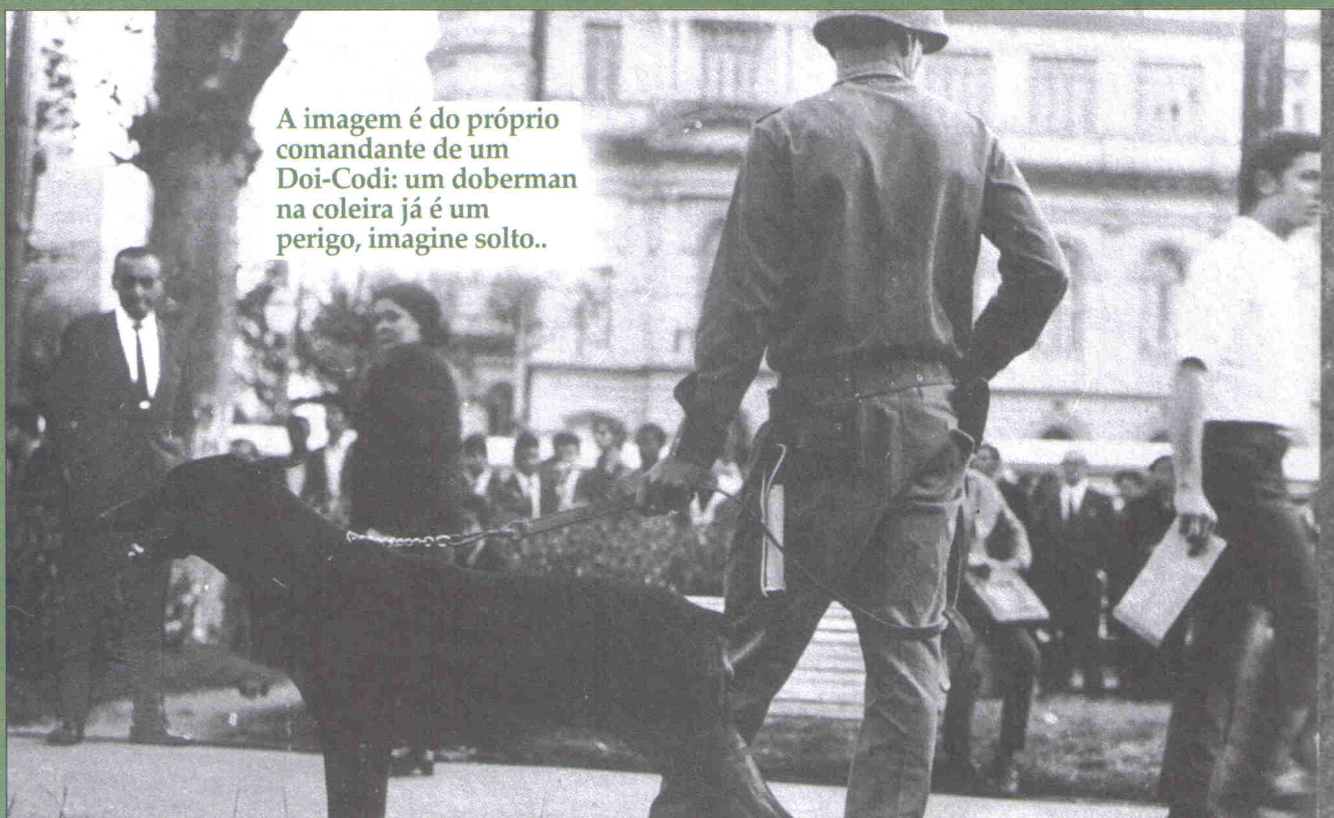
Soltaram os dobermans

A escolha de Médici como sucessor de Costa e Silva mostrou que a linha-dura havia dominado o governo. Em debate secreto no Senado americano, ele logo recebe aprovação dos republicanos, mais à direita, e democratas – como William Fulbright, que "engoliu" a qualificação do diretor da CIA Richard Helms, de que no Brasil havia uma "ditadura consentida". Médici recebeu aprovação também da OPS (Seção de Segurança Pública, na sigla em inglês). A OPS-Brasil "confiava" que Médici promoveria a "segurança interna", pois até já havia nomeado, para o Ministério da Justiça, um duro "no trato com elementos subversivos e criminosos": Alfredo Buzaid.

Com tais costas quentes, o governo Médici vai cair matando em cima de quem quer que ouse sequer abrir a boca contra a ditadura, quanto mais quem exercer oposição armada. Instituirão como política de Estado a tortura, que espalha terror. Não hesitarão em aterrorizar crianças, estuprar mulheres. Um militar treinou seu cão para morder os testículos dos presos. Outro, o Risadinha, torturava dando risadas. Não houve baixeza humana que esquecessem. Um general que comandou o Doi-Codi do Rio, Adyr Fiúza de Castro, dirá sobre aquele tipo de gente, que ele próprio comandou:

"É tudo como cachorro brabo, doberman. E o doberman tem-se que manter muito na trela, porque se o largar ele vai atacar até a gente da casa."

A sensação de quem viveu na época é de que não só havia dobermans à solta, mas também eram incitados a exercer seus instintos assassinos.



A imagem é do próprio comandante de um Doi-Codi: um doberman na coleira já é um perigo, imagine solto..



TORTURA COMO MÉTODO

Era perigoso ter razão

A memória militar nega a existência ou a abrangência da tortura como método para garantir a "segurança nacional" contra a ameaça dos "inimigos internos". Historiadores, por meio de entrevistas com militares, muitos dos quais ocuparam altos cargos na ditadura, identificaram diferentes explicações.

Há os que simplesmente negam a tortura, alegam que não passa de "invenção" de esquerdistas para justificar delações; outros admitem, mas dizem que foi "leve" em comparação com outros países; e há os que a admitem como "efeitos não controlados de uma guerra" e como "ação de personalidades psicologicamente desequilibradas".

Mas a verdade é que, após o golpe de 1964, a ideologia de segurança nacional dividiu o povo em "verdadeiros cidadãos" e, de outro lado, "subversivos", "terroristas" e "marginais". Estes, os "inimigos internos", deveriam ser derrotados, fosse pela tortura, pelo assassinato ou pelo desaparecimento. Para isso, o governo brasileiro seguia contando com o apoio dos Estados Unidos, que treinaram e equiparam gente para a guerra suja. Segundo a pesquisadora Martha Huggins, o objetivo principal dos americanos "era o monitoramento das ameaças internas" do país anfitrião "aos interesses dos Estados Unidos". A tortura extrapola o objetivo: recurso para obter informações. Ela passa a aterrorizar quem quer que ouse usar a razão.

Ela vira rotina nos porões da ditadura

A historiadora Maria Helena Moreira Alves observa que "o uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um 'efeito demonstrativo' capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política". Afirma:

"Durante o período referido era difícil encontrar um brasileiro que não tivesse entrado em contato pessoal direto ou indireto com uma vítima da tortura."

Nos porões, ela se tornava rotina. O Estado autoritário se fortalecia pelo horror que espalhava, esvaziando cidadãos de sua dignidade por exposição a um sofrimento desumano. Nos Doi-Codi ocorreram as piores torturas. A "geladeira" era uma. Depois dos espancamentos, trancavam a vítima, despida, numa cela sem janelas de 1 metro e meio quadrado, onde era submetida a ciclos de calor e frio, ruído e silêncio, escuridão e pisca-pisca de luzes estroboscópicas, efeitos capazes de desencadear um colapso nervoso total. Queriam aniquilar quem sequer pensasse em derrubar a ditadura.

Os relatos das próximas páginas não deixam dúvidas.

Queriam enforcar os presos

Após o seqüestro do embaixador americano Elbrik, em setembro de 1969, o governo endureceu o jogo mais ainda, o aparelho repressivo se sofisticou. Começava o tempo da Oban, dos Doi-Codi. O governo, embora de extrema direita, precisou conter seus próprios quadros. Quando os seqüestradores de Elbrick exigiram a libertação de quinze presos políticos, coronéis do Exército queriam responder enforcando em praça pública os quinze prisioneiros, caso o embaixador não fosse libertado imediatamente.

Relato de Martha Huggins no livro Polícia e Política - Relações Estados Unidos/ América Latina



Médici, carrasco-mor, com o acessório preferido por nove em cada dez ditadores: óculos escuros. Por que ele temia olhar os outros nos olhos?

DAMÁRIS LUCENA

Não conseguiram endurecer-lhe a alma

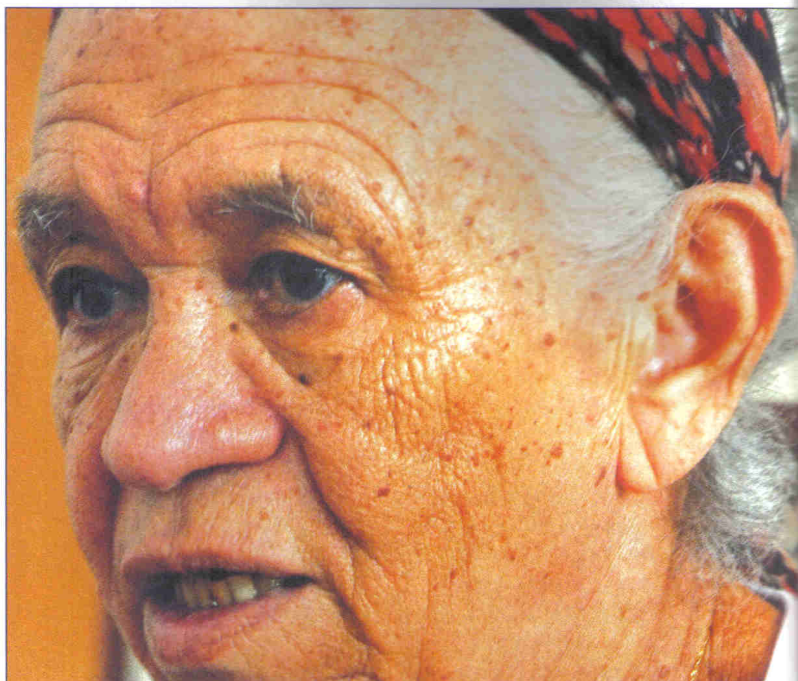
Damáris Lucena é uma sobrevivente da exclusão social, da fome e da tortura.

Aos 80 anos, emoções à flor da pele, ela chora de indignação mas não perde o bom humor, apesar do tema incômodo. Mostra as cicatrizes pelo corpo. Suas palavras têm a mesma força usada contra seu corpo há mais de trinta anos.

A rebeldia veio cedo, à medida que ela mesma crescia e presenciava as injustiças que sua família sofreu na cidade de Codó, no Maranhão, onde nasceu. A fome matou sua mãe quando Damáris tinha apenas 5 anos. Como, anos mais tarde, mataria seu primeiro filho.

Trabalhou na roça dos 9 aos 16 anos para ajudar o pai e juntar o dinheiro para o uniforme da escola. Quando passou para a 4ª série teve de parar de estudar, porque o pai não podia mais comprar os cadernos e livros. Mas Damáris teimava em não se alienar. Acompanhou toda a Segunda Guerra Mundial pelo jornal semanal que seu pai comprava.

Aos 16 anos foi trabalhar numa indústria, na cidade maranhense de Caxias, onde conheceu o mecânico Antônio Raymundo de Lucena, o Doutor, com quem casaria. E com quem viveria a tragédia que adiante se narrará.



Damáris diz que querer vingança é igualar-se "a eles".



Lucena preferiu morrer atirando a ser preso.

Morto na frente da mulher e filhos

Em 1952, já em São Paulo, Doutor e Damáris, que trabalhavam em fiação e tecelagem, entram para o Sindicato dos Têxteis. Ela se entusiasma de cara. Vai para o Congresso Nacional das Mulheres, no Rio de Janeiro, em 1955, e no mesmo ano é demitida do emprego. Entra no Partido Comunista, onde se redescobriu e identificou o motivo de sua rebeldia. Mergulhou de cabeça no movimento. Em 1963 foi presa por apoiar uma greve de dez dias em frente à tecelagem da família Jafet, no bairro paulistano do Ipiranga. No ano seguinte ela e Doutor deixam o partido por divergência de opiniões. Já com quatro filhos, em 1968 ajudam a criar a VPR.

O casal passou a esconder em casa companheiros que estavam na mira da repressão. E entrou na clandestinidade. Muitas vezes os dois viram-se obrigados a mudar de casa para resguardar a organização e a família. Passaram por Santos, Embu-Guaçu, até finalmente ir para Atibaia, onde será selada a sorte de Doutor.

Na tarde chuvosa de 20 de fevereiro de 1970, Damáris ajuda as crianças com o dever de casa, enquanto o marido dorme. Num instante são surpreendidos por cinco policiais, todos armados. Damáris sabia que Doutor não permitiria que o levassem preso. E não o levaram. Ao ver os policiais ele atira, recebendo de volta o tiroteio que põe fim à sua vida. Antes de pegar a arma, porém, teve tempo de dizer à mulher:

"Cuida dos nossos filhos."

Ariston, o filho mais velho, com 17 anos, já estava em treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira. Com a morte do Doutor, Damáris e os outros três filhos (Adilson, Denise e Telma) ficam nas mãos dos militares.



"É terrível. Parece que vai derretendo os ossos."

Naquela mesma tarde trágica, começou o martírio. A tortura física e psicológica dura horas. Querem nomes, as razões do movimento, onde conseguiam as armas e onde as escondiam, onde eram os treinamentos.

"Eles botavam a arma em cima de mim e diziam: 'Mata ela e os filhos dela'. Eu com a Telma no colo, com 3 anos e meio, e os outros ali agarrados comigo. Era terrível."

Além da imagem do marido morto diante de seus olhos, das ameaças e xingamentos, Damáris apanhou muito. Levou chutes e socos em todas as partes do corpo, coronhadas na boca. Levaram-na para a delegacia de Atibaia, o rosto inchado, sem poder abrir a boca. E a pancadaria continuou.

"Tinha uns quatro delegados, cada um me dava um murro, um chute. Minha vagina partiu, a bexiga e o útero ficaram para fora. Levei 85 pontos."

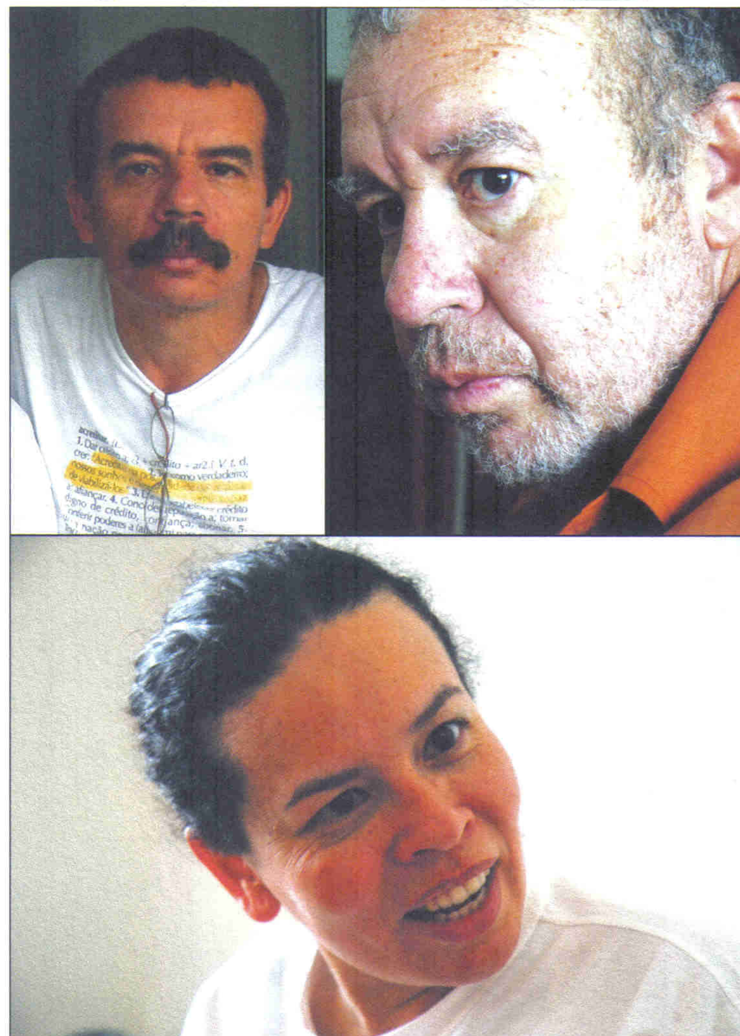
No prédio da Operação Bandeirantes, Oban, conheceria o choque elétrico.

"É terrível. Parece que vai derretendo os ossos."

Usaram seus filhos para tentar lhe arrancar informações.

"Eles diziam: Ah, você não vai falar? Então nós vamos trazer seus filhos para torturar na sua frente'. Era umas 4 horas da tarde e eu vi meus filhos no pátio, que tinham trazido do Juizado de Menores. Na hora pensei: 'É verdade, eles vão torturar'. Me deu uma crise de loucura e comecei a gritar muito alto. 'Vão me matar e matar meus filhos!' Quase perdi os sentidos e achava que daquele momento em diante ia perder a cabeça, ficar louca."

Com o seqüestro do cônsul japonês em fevereiro de 1970, a VPR consegue a liberdade de Damáris, após 23 dias de torturas e fome.



Os filhos de Damáris: no alto, Adilson e Ariston; e Telma, que não foi torturada: tinha só três anos.

"Eram uns ignorantes, uns estúpidos"

Damáris foi privada de velar o corpo do marido, teve a família dividida, viu e sofreu barbaridades na prisão, e por fim asilou-se em Cuba. Apesar de tudo, garante que não guarda traumas. No país de Fidel, onde viveu por dez anos, contou aos filhos os motivos da morte do pai e de sua prisão. Transmitiu-lhes seus ideais. Hoje eles se consideram pessoas esclarecidas, com "consciência de classe". Ela conseguiu recuperar e mantém a unidade familiar.

Mas Telma conta que durante anos teve pesadelos com sangue, e sempre que passava por situação difícil fechava os olhos e voltava ao dia em que viu o pai morrer, aos 3 anos. Hoje afirma que não quer esquecer, não quer apagar da memória a história de sua família.

Adilson tinha 9 anos e apanhou da polícia; lembra-se da angústia que sentia todas as vezes que o levavam até a casa em Atibaia.

"Eu via a casa toda revirada, o sangue do meu pai e aquilo me massacrava."

Ariston, preso depois dos treinamentos no Vale do Ribeira, foi torturado e passou nove anos na cadeia. Conta que após a prisão o coronel Erasmo Dias, comandante do combate à guerrilha no Vale do Ribeira, o levou ao Vale para uma reconstituição da sua fuga. Sofreu ameaças e humilhações:

"Ele disse que, se eu não tinha mais nada pra dizer, ia me jogar de cima do helicóptero. Mandou tirar as algemas, me pegou pelos colarinhos e ameaçou me jogar lá embaixo. Depois simulou um fuzilamento. Atirou com o fuzil carregado, mas mirou do meu lado."

Denise, hoje enfermeira, sofre de depressão. Damáris atribui a doença da filha aos horrores que a menina passou ao lado dos irmãos.

Mas Damáris garante não ter ódio dos militares que a torturaram, porque "eles eram uns ignorantes, uns estúpidos, estavam a serviço de uma classe e eu era de outra. Se eu tiver raiva deles e quiser matá-los, serei igual a eles".

A tortura foi severa com o corpo, mas não foi capaz de endurecer sua alma.

ALEXANDRE VANNUCCHI LEME

"Depois que se perca este tempo e um novo tempo amanheça"

FERNANDA IKEDO – ESPECIAL PARA ESTA COLEÇÃO

No dia 16 de março de 1973, agentes do II Exército, São Paulo, seqüestram Alexandre Vannucchi Leme, conhecido como Minhoca por sua magreza, de apenas 22 anos, estudante do 4ª ano de geologia da Universidade de São Paulo, USP. Levado para o Doi-Codi, Alexandre sofreu várias sessões de torturas, por horas e horas. Sangrando abundantemente no abdômen, colegas o viram morto em sua cela. Ele atuava na Ação Libertadora Nacional, ALN.

Os estudantes da USP procuraram o cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e lhe pediram a realização de missa em homenagem a Alexandre. Ela ocorreu a 30 de março e reuniu mais de 3.000 pessoas na Catedral da Sé. Era a maior concentração pós-1968, em clara demonstração de revolta do povo.



"O prisioneiro é sagrado. Não se pode dar nele nem um peteleco, nem um telefone."

GENERAL FIÚZA DE CASTRO, QUE CHEFIOU O FEROCÍSSIMO DOI-CODI DO RIO (1972-1974)

ERA ALEGRE. Nas fotos, várias fases na vida curta de Alexandre, o Minhoca. A foto na caderneta escolar; entre amigos, de braços abertos como se voasse; o boletim escolar; na conclusão do curso primário; e a mãe.



Um amigo sobreviveu para contar

Companheiro de turma de Alexandre e um ano mais velho, Adriano Diogo nasceu em 1949, na Mooca, bairro operário de São Paulo, descendente de português pelo lado paterno e italiano pelo materno. Tinha 15 anos em 1964 e militava no movimento estudantil secundarista. Conheceria o futuro amigo Minhoca na Universidade e se tornaria deputado estadual três décadas depois da morte dele.

Em 17 de março de 1973, um dia após a prisão de Alexandre, seqüestraram Diogo também, em casa. Conhecido como Mug, ele não atuava na luta armada, era mais "base e apoio da ALN", apesar de "metido até o pescoço com a turma". Adriano conta que já se preparava para escapulir:

"Arrumei as malas, esperando minha esposa chegar do trabalho. Mas o prédio já tinha sido denunciado. Ameaçaram o zelador de morte, entraram e, no que abri a porta, deram uma coronhada com a metralhadora no meu olho, eu caí. Estava só de cueca, tinha saído do banho. Eles me enrolaram num cobertor e roubaram tudo do meu apartamento. Eu era recém-casado, roubaram todos os pertences pessoais. Me conduziram até a garagem, era um Opala verde, entrei e logo levei porrada. Perguntavam "Cadê o Queirós?" "Quem é da ALN?' Na Oban fizeram um corredor polonês, me deram porrada e me jogaram numa cela forte."

APANHARAM A NOITE TODA, NUS

Puseram Adriano na mesma cela que o amigo tinha ocupado

"As meninas do PC doB que estavam na frente falaram que o Alexandre tinha acabado de sair, morto, esvaindo em sangue. Depois me levaram para interrogar, estavam enlouquecidos, o major Carlos Brilhante Ustra gritava: – "Mug, seu filho da puta, você vai para a Vanguarda Popular Celestial! Já matei o Alexandre, agora vou te matar!"

Mandar para a Vanguarda Popular Celestial significava matar, na linguagem dos torturadores, jogo de palavras com Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR de Carlos Lamarca. A ex-mulher de Adriano, Arlete, chegou e, ambos nus, apanharam a noite toda. Nos dias seguintes, sofreram mais torturas, "estava a Geologia toda presa". Adriano lembra que os torturadores ficaram mais furiosos ainda no dia da missa por Vannucchi Leme, da qual os presos ainda não sabiam dentro da Oban:

"O major falava –"Cardeal filho da puta, repete, Adriano!' Me dava de palmatória para que eu xingasse o cardeal."

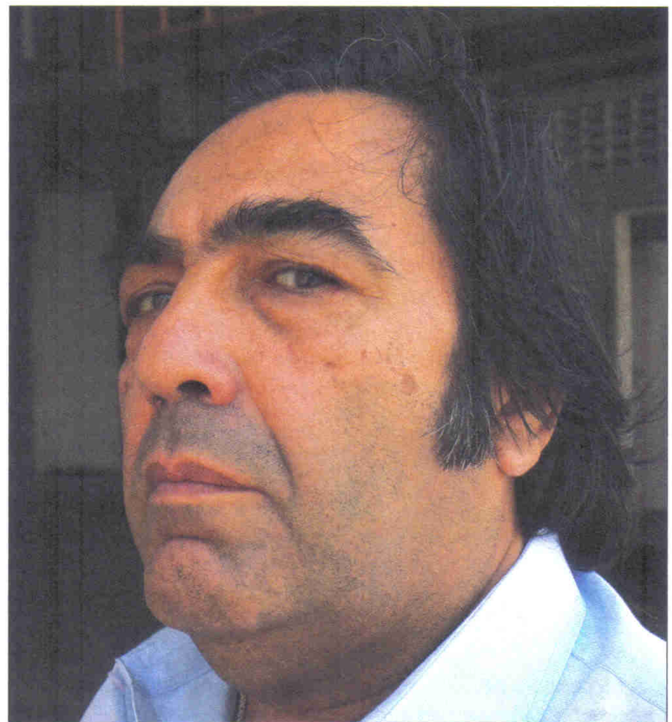
Adriano tinha relação de irmão com Alexandre, rapaz com "um nível de leitura absurdo", bem-humorado:

"A gente acordava fazendo política e ia dormir fazendo política."

Alexandre, com os amigos, "ria alto, falava bastante, contava causos, coisas de caipira, era um moleque bom".

"Imaginava que eles fossem me matar, eu era amigo do Alexandre, queriam arrancar de mim uma coisa gravíssima contra o Alexandre, para justificar a morte dele."

Hoje o Diretório Central dos Estudantes da USP chama-se DCE Livre Vannucchi Leme. Entre outras homenagens, Alexandre também deu nome a uma praça em Sorocaba, perto de onde ele morava. Na placa, figuram versos que presos políticos lhe dedicaram logo após sua morte, "... que a fala torne a encarnar-se... depois que se perca este tempo e um novo tempo amanheça..."



Adriano achou que iam matá-lo também: "O major Ustra gritava: 'Você vai para a Vanguarda Popular Celestial!'"

LIVRO E VÍDEO. O livro *Ditadura e Repressão em Sorocaba – Histórias de Quem Resistiu e Sobreviveu*, de Fernanda Ikedo, que realizou também o vídeo documentário *Por que Lutamos! Resistência à Ditadura Militar, sobre Alexandre Vannucchi Leme e Outros Lutadores da Cidade Paulista.*



O jornalismo exercido sob permanente risco de vida

No auge da ditadura Médici, jornalistas ousam denunciar torturas e assassinatos de opositores

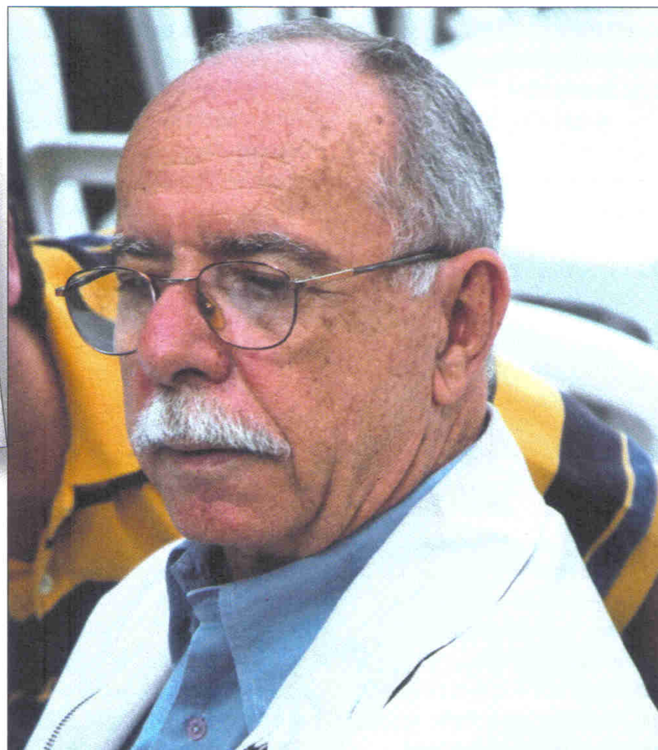
CARLOS AZEVEDO – ESPECIAL PARA ESTA COLEÇÃO



Em 1968, a ditadura militar começava a colher os resultados do seu golpe de 1964: milhares de cidadãos, pertencentes a uma geração que se criou sob a legalidade da Constituição de 1946, se rebelavam por todo o país contra o regime que se impôs pelas armas. Os militares responderam com mais violência. Em 1969 já eram muitos os casos de prisões, torturas, assassinatos de opositores políticos.

Nós da AP – Ação Popular, empenhada na resistência à ditadura – recebíamos numerosos relatos. Enviávamos para a imprensa e para o Exterior. A grande imprensa pouco noticiava, por estar sob censura ou por cumplicidade com o governo.

As denúncias afluíam dos cárceres, em relatos de parentes e amigos dos presos, através de advogados. Muitas vinham manuscritas de próprio punho das vítimas. Outras eram obtidas nos autos da Justiça Militar, quando os opositores do regime, submetidos a julgamento, ousavam denunciar os crimes.



Carlos Azevedo, por segurança, fazia "reuniões" em caminhadas pelas ruas de São Paulo: uma boa reunião ia da Lapa à Penha, uns 15 quilômetros.

Militantes se perdiam um do outro por meses

A direção da AP considerava um imperativo político e moral denunciar. E em 1970 decidiu reunir os relatos, no Livro Negro da Ditadura Militar. Demorou dois anos para ser feito e passou por três dirigentes: Haroldo Lima, Aldo Arantes e, na fase final, Duarte Pereira.

Os três redatores foram Jô Moraes, em 2008 deputada federal e dirigente do PCdoB, Partido Comunista do Brasil; Bernardo Joffily, também dirigente do PCdoB; e eu, que, tendo experiência como jornalista, fui uma espécie de editor, além de redator.

Não tínhamos redação. Nossas reuniões, sempre dois a dois, davam-se na rua, em caminhadas. Uma boa reunião demorava duas horas ou mais e ia da Lapa à Penha, por exemplo, bairros paulistanos distantes quase 15 quilômetros um do outro. Recebíamos documentos de companheiros e de outras organizações. Imagine por quantas mãos anônimas, solidárias, passavam os documentos, entregues em pontos de ônibus, lanchonetes, plataformas de trem, banheiros de rodoviárias, igrejas, cemitérios, e você vai ter uma pálida idéia das dificuldades, do terror, mas também da coragem dessas pessoas. Todos sabiam que, se caíssem presos (e aconteceu várias vezes), seriam submetidos aos mesmos horrores que denunciavam. Os torturadores iriam querer saber, e depressa, quem eram seus companheiros e seus endereços. Por isso, ninguém sabia onde o outro morava. E nossa rede se sustentava na assiduidade e prontidão com que comparecíamos aos encontros.

Poderia acontecer que, por algum motivo, fôssemos impedidos de comparecer ao "ponto": havia dez minutos de tolerância, e só. Então, o "ponto" se repetia 24 horas depois. Perdido novamente, havia uma alternativa um mês depois, se o contato não fosse preso ou morto. Daí, só restava esperar. Não era raro um militante ficar perdido de seus companheiros por meses.

Recebidos os materiais, cada um fazia sua redação. Eu dava um trato e datilografava de novo. Os dirigentes liam e opinavam. Cada etapa chegava a levar meses. Você que vive na era da internet, imagine só: o dirigente se encontrava conosco uma vez por mês!



Se reclamasse, apanhava mais

O presidente do Sindicato dos Portuários, ex-pracinha da FEB [Força Expedicionária Brasileira, que lutou na Guerra contra o nazi-fascismo], ao ser espancado selvagemente, ousou falar: "É de admirar a conduta de um oficial da Marinha, pois nem os prisioneiros de guerra na Itália tiveram um tratamento igual ao que estou tendo." Foi o suficiente para que o pusessem 14 dias numa cela no porão do navio, junto das caldeiras, onde a temperatura era acima de 40 graus."

Livro Negro da Ditadura Militar, p. 30, sobre as torturas infligidas aos líderes sindicais presos no navio-presídio Raul Soares



PAU-DE-ARARA É NOSSO. O artista gráfico Elifas Andreato, autor da capa do Livro Negro, sofreu, naqueles tempos, também com a censura. Em 1977, por exemplo, o diretor Fernando Peixoto montou uma peça de denúncia da tortura, texto do francês Jean-Paul Sartre sobre a resistência francesa na Segunda Guerra. Elifas desenhou o cartaz (nas mãos dele), que a polícia apreendeu. Elifas alegou ao delegado que o desenho nada tinha a ver com o Brasil. Ao que o policial respondeu: "Não, senhor, o pau-de-arara é invenção nossa."

Revolução tem essas coisas: uísque paga conserto

Eu morava num bairro operário – Vila Paulicéia, São Bernardo do Campo – e não devia trabalhar em casa, por segurança. Graças ao companheirismo do artista gráfico Elifas Andreato e sua mulher na época, a fotógrafa Iolanda Huzak, trabalhava na casa deles. Guardava ali uma máquina de escrever. Tomava um ônibus cedinho e, em Santo André, pegava o trem para a Lapa e subia a pé até a casa deles. À noite, voltava. Tudo com muito cuidado. Elifas corajosamente fez a capa. Entregamos os originais. Meses depois, recebemos o livro. Quem imprimiu? Um casal de companheiros – Divo Guizoni e Raquel. Os dois e Bernardo Joffily datilografaram as matrizes numa IBM elétrica, que possuía uma esfera – essa IBM permitia escrever com vários tipos diferentes, conforme a posição da esfera. Divo me contou que um dia a máquina "engripou". Bernardo levou-a para sua pensão, lá havia uns colegas que trabalhavam na IBM. Quis pagar pelo conserto. Recusaram. Disse um:

"Dá um uísque pra nós!"

Bernardo pediu uma garrafa a uns amigos. O pessoal se espantou: "Como?" E ele, sem poder explicar: "É, companheiros, a revolução tem dessas coisas." E levou o uísque para os rapazes.

Divo e Raquel imprimiram o livro numa off-set *Multilit*. Essa máquina, eu e o colega Narciso Kalili compramos com as indenizações que recebemos ao nos demitirmos da revista *Realidade*. Divo levou-a para um sítio nos arredores de São Paulo e a instalou num porão. Ali imprimiu a edição de 500 exemplares, distribuídos por todo o país e para o exterior. Uma grande tiragem, nas barbas da ditadura!

Fiz uma rápida releitura do Livro Negro. Impressionei-me com a qualidade do material. E com a lista dos torturadores. O que aconteceria se fôssemos presos fazendo esse trabalho? Não quero nem pensar. A maioria dos torturadores ali citados estaria presente em Brasil: Nunca Mais, publicado sob a responsabilidade de dom Evaristo Arns em 1985. O que confirma a seriedade do Livro Negro, pioneiro, uma ousadia revolucionária.

STUART EDWARD ANGEL JONES

Assassinado num ritual monstruoso

Tinha 26 anos, era bonito como galã de cinema e, como tantos outros companheiros de luta, largou a universidade para se dedicar à militância revolucionária. Pertencia ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8.

Agentes do Cisa, Centro de Informações da Aeronáutica, assassinaram Stuart à noitinha do mesmo dia em que o prenderam, em 14 de junho de 1971. Foi torturado, amarrado à traseira de um jipe e arrastado pelo pátio do quartel, com a boca aberta presa ao cano de escapamento. Da janelinha de sua cela, o preso Alex Polari presenciou o ritual monstruoso que relataria em detalhes à mãe de Stuart, Zuzu Angel, um ano depois.

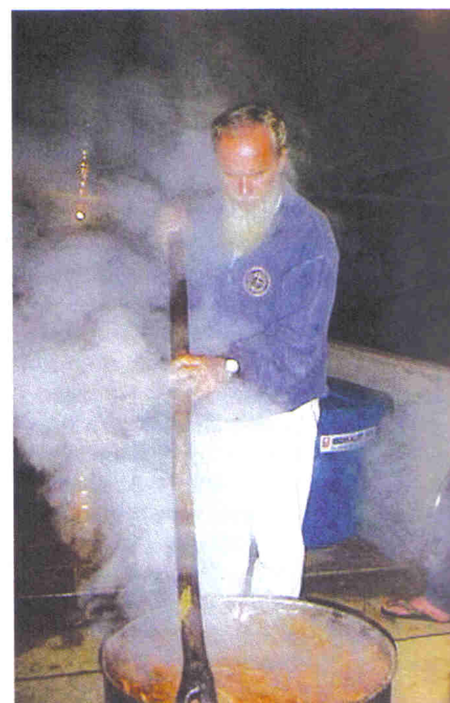


Encontro marcado com a morte

Avenida 28 de Setembro, Vila Isabel, bairro boêmio carioca. Passa um pouco das 8 da manhã. Stuart dirige um carro quando outros dois o fecham. Os ocupantes, apontando armas, descem e o enfiam num dos veículos. Depois, só o testemunho do oficial Amílcar Lobo daria conta de que Stuart foi visto vivo, no Doi-Codi do Rio. Esse tenente-médico torturador se tornaria famoso por sua atuação no Açougue Humano, em Petrópolis. Mas não precisou a data nem as condições em que Stuart se encontrava. Os seqüestradores nunca admitiriam que o torturaram e assassinaram, apesar de evidências tão fortes que provocaram a demissão do chefe da zona aérea, o brigadeiro Burnier, que comandou a barbárie.

Na carta que escreveu a Zuzu, Alex contou que Stuart ia, bastante adiantado, ao encontro marcado para as 10 horas daquela manhã. Não suspeitava que o companheiro, preso dois dias antes, havia sido torturado a ponto de revelar o local do encontro.

Alex tentou jogar com a sorte, indicando um local perto do combinado e antecipando o horário em duas horas. Os agentes já iam embora quando Stuart, por força de um bem armado cerco, foi reconhecido e preso: sua foto, estampada com a palavra "Procura-se", estava espalhada por todos os cantos do país. Ele era o contato do comandante Carlos Lamarca, naquele momento o homem mais procurado pela repressão.



STUART E ALEX. A tortura final de Stuart (no alto) foi testemunhada por Alex Polari (ao lado, em ritual do Santo Daime, seita à qual aderiu). Alex acha que, pela movimentação que viu de sua cela, imagina que se livrariam do corpo de Stuart jogando-o em alto mar.

Agora, ia valer tudo

Ainda estava longe de acabar a parte do MR-8 oriunda da dinheirama "expropriada" no assalto ao cofre de Adhemar de Barros (fascículo 5 p.144). Mas o Movimento, reduzido a trinta militantes, sofria com a falta de quadros. O ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, não tinha contemplação com nada que estivesse à sua esquerda nem achava necessário lançar mão de atentados terroristas de direita, em voga até o AI-5 (dezembro de 1968). Agora, a ditadura considerava legítimo todo ato contra quem quer que se lhe opusesse.

"Se eu aparecer morta..."

Desde que o filho entrou para a clandestinidade em 1969, Zuzu Angel passou a temer pela sorte dele. Mas, inteligentemente, valeu-se de sua fama como estilista de moda no Brasil e no exterior para estabelecer relações que pudessem ser úteis. Assim, desenhava roupas para a nata do mundo feminino da época e para mulheres importantes, como Yolanda Costa e Silva, então primeira-dama.

Zuzu, apelido da mineira Zuleica Angel Jones, era desquitada do americano Norman Angel Jones, pai de seus três filhos, incerto na presença e na participação para o sustento da família. Zuzu trabalhou duro como costureira até chegar à merecida fama de estrela da alta costura. Quando Stuart desapareceu, tentou afastar o fantasma da morte, mas a confirmação veio na carta de Alex Polari.

Os militares, cinicamente, continuaram colando os cartazes de "Procura-se" com a foto dele. Mas, a essa altura, usando seu prestígio e o fato de Stuart ter dupla cidadania, Zuzu conquistou a simpatia de importantes artistas e políticos americanos, como o senador Edward Kennedy e o secretário de Estado Henry Kissinger. Seu modo criativo de chamar a atenção para a situação política do país despertou ódio nos órgãos de repressão.

Cinco anos depois da morte de Stuart, chegaria a vez dela. De acordo com a versão oficial, Zuzu morreu em acidente na Estrada da Gávea, na saída do túnel Dois Irmãos, atualmente túnel Zuzu Angel. Na semana anterior, havia deixado um documento na casa do amigo Chico Buarque, para divulgação caso lhe acontecesse algo anormal:

"Se eu aparecer morta, por acidente ou outro meio, terá sido por obra dos assassinos de meu amado filho."

"O raciocínio [de Médici] era: 'Tenho o AI-5 e com ele posso tudo'."

GENERAL MORAES REGO, ASSISTENTE DO GOVERNO GEISEL, QUE CONSIDERAVA MÉDICI INCAPAZ PARA GOVERNAR



Uma canção para Zuzu Angel

Gilberto Gil e Chico Buarque compuseram em 1973 *Cálice*, em que menciona a tortura aplicada a Stuart ("quero cheirar fumaça de óleo diesel/ me embriagar até que alguém me esqueça"). E Chico Buarque homenageou Zuzu Angel com uma canção-elegia:

Quem é essa mulher que canta
Sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar
Quem é essa mulher que canta sempre esse lamento?
Só queria lembrar o tormento
Que fez o meu filho suspirar
Quem é essa mulher que canta sempre?
O mesmo arranjo
Só queria agasalhar o meu anjo
E deixar o seu corpo descansar
Quem é essa mulher que canta como dobra um sino?
Queria cantar por meu menino
Que ele não pode mais cantar

Chico Buarque, Angélica, *canção em homenagem a Zuzu Angel*



DIRETOS HUMANOS

Fuga forjada

O preso foi retirado da cela para morrer

A 25 de outubro de 1970, jornais de São Paulo informaram que dois dias antes, durante uma diligência na alameda Lavandisca, no bairro de Moema, destinada a capturar o ex-deputado Joaquim Câmara Ferreira, principal dirigente da organização terrorista Ação Libertadora Nacional (ALN), o preso Eduardo Leite, o "Bacuri", conseguira fugir. A 9 de dezembro de 1970, dois dias depois do seqüestro do embaixador suíço Enrico Giovanni Bucher, os mesmos jornais informaram que Eduardo Leite, um dos mais ativos militantes da

Bacuri, a viúva Denise com a filha e a notícia na revista Veja: forjaram a fuga de Bacuri, o tiraram da cela e o mataram.

EDUARDO LEITE, O BACURI

Vida violenta, morte selvagem

Militares e policiais temiam Bacuri, por isso o odiavam, o que explica em grande parte a selvageria a que foi submetido antes de morrer, aos 25 anos, depois de 109 dias de tortura.

Bacuri se chamava Eduardo Collen Leite. Mineiro, morava em São Paulo, era técnico em telefonia. Desde jovem filiou-se a organizações comunistas até entrar na Ação Libertadora Nacional, ALN, da qual se tornaria um dos dirigentes, sob a liderança de Carlos Marighella.

Guerrilheiro urbano de grande eficiência, sua reputação de "perigoso subversivo" se construía nas dezenas de assaltos a bancos, carros-fortes, supermercados, de que participava com o objetivo de levantar dinheiro para a luta armada contra a ditadura. Também fez parte do grupo que, em março de 1970, seqüestrou o cônsul japonês Nobuo Okushi, trocado pela liberdade de cinco presos políticos. Em maio, dia 2, esteve no assalto a um depósito da Companhia de Cigarros Souza Cruz, quando matou o segurança João Batista de Souza – o que aumentou sua fama.

Em junho de 1970, comandou uma ação de efeito incomparável: o seqüestro do embaixador da Alemanha Ocidental, Von Holleben, no Rio.

Quarenta libertados vão para a Argélia

No início da noite de 11 de junho de 1970, uma quinta-feira, o alemão Von Holleben deixou a embaixada, escoltado por um corpo de seguranças, e se dirigia para casa, no bairro de Santa Teresa. No trajeto, militantes da ALN e da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, sob o comando de Bacuri, o seqüestraram. Em rápido tiroteio, Bacuri atingiu e matou Irlando de Souza Régis, agente da Polícia Federal que fazia a proteção do embaixador.

O seqüestro durou cinco dias, durante os quais os militantes emitiram seis comunicados às autoridades. Na noite da segunda-feira, dia 15 de junho, a exigência foi cumprida: quarenta presos libertados chegaram à Argélia, em avião da Varig. Vinte deles eram militantes da VPR, os outros pertenciam a diversas organizações comunistas. Quatro crianças, filhas de militantes, seguiram no grupo. O embaixador foi solto no dia seguinte (veja fascículo 6, p. 180).

Nas mãos de Fleury

Desenvolveu-se então novo plano, coordenado por uma frente de organizações: um triplo seqüestro de diplomatas, com o qual se pretendia obter de uma só vez a liberdade de duzentos presos. Durante os levantamentos preliminares, em 21 de agosto Bacuri foi preso no Rio pela equipe do notório delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Começou a ser torturado desde logo. No Cenimar e no Doi-Codi do Rio. Também numa casa particular, um dos vários centros clandestinos da repressão. Depois o transferiram para o 41° Distrito Policial de São Paulo, cujo delegado titular era o próprio Fleury. Voltou mais uma vez ao Cenimar do Rio, torturado até meados de setembro de 1970, e dali para o Doi-Codi de São Paulo. Em outubro foi para o Dops, também em São Paulo. Após dois meses de torturas diárias, já não conseguia ficar em pé, e ia carregado para novas torturas. Continuava nas mãos de Fleury e sua equipe, na qual se destacavam os investigadores João Carlos Tralli, José Carlos Campos Filho (Campão), Ademar Augusto de Oliveira (Fininho) e Astorige Corrêa de Paula e Silva (Correinha).

No dia 25 de outubro, os jornais divulgaram a nota oficial do Dops/SP anunciando a morte de Joaquim Câmara Ferreira, comandante da ALN. Na mesma nota foi inserida a informação de que Eduardo Leite – cuja prisão tinha sido mantida até ali em sigilo – havia conseguido fugir. Era a morte anunciada, uma farsa que a repressão costumava encenar para depois apresentar a versão de "terrorista procurado, morto em tiroteio com a polícia".



Olhos vazados, orelhas decepadas

O comandante da tropa de choque do Dops, tenente Chiari, da PM, mostrou a Bacuri os jornais que noticiavam sua fuga. Sadismo. Os demais prisioneiros também tomaram conhecimento do fato e, na tentativa de impedir o assassinato do companheiro, montaram um sistema de vigília permanente. Não adiantou. Na madrugada de 27 de outubro, arrastaram Bacuri de sua cela, sob o alarido de protesto dos outros presos. Certo Carlinhos Metralha, policial do Esquadrão da Morte, chegou a dizer que Bacuri foi levado para "um sítio particular do delegado Fleury", que o usava para torturar presos considerados especiais ou que deveriam ser executados. Bacuri não foi mais visto na cadeia.

No dia 7 de dezembro, sempre em 1970, a ALN seqüestrou o embaixador suíço Giovanni Enrico Bücher, que seria trocado em 16 de janeiro de 1971, depois de longas negociações, pela liberdade de setenta militantes. O episódio determinou a "morte oficial" de Bacuri. No dia 8 de dezembro, 109 dias após ter sido preso e decorridos 42 dias de sua retirada do Dops, os jornais publicavam nota das autoridades informando a morte dele "em um tiroteio nas imediações da cidade de São Sebastião, no litoral paulista". O objetivo era claro: impedir a inclusão do nome de Bacuri na lista de prisioneiros libertados em troca do embaixador suíço. Não havia como apresentá-lo em público, tal era o estado em que se encontrava.

A família recebeu o corpo coberto de hematomas, cortes profundos, escoriações e queimaduras generalizadas, dentes quebrados ou arrancados, costelas fraturadas, orelhas decepadas, olhos vazados. No laudo assinado pelos médicos legistas Aloysio Fernandes e Décio Brandão Camargo, à pergunta se houve tortura, a resposta é: não.

O SUPLÍCIO IMPOSTO A BACURI PROVA: A TORTURA NÃO ERA USADA PARA OBTER INFORMAÇÃO; ERA UMA "POLÍTICA DE ESTADO", PARA ATERRORIZAR.



TRÊS FIGURAS. Os quarenta libertados em troca do embaixador alemão Von Holleben. Circulados, da esquerda para a direita: 1. Dulce Maia, que participou do plano de execução do capitão Chandler, acusado de pertencer à CIA; por três meses sofreu espancamentos, choques, pingo d'água nas narinas, queimaduras, fuzilamentos simulados. 2. Fernando Gabeira, que participou do seqüestro do embaixador americano Elbrick, na volta do exílio faria carreira política. 3. Vera Sílvia Magalhães, envolvida no seqüestro de Elbrick, estava tão mal que não parava em pé. Morreria no Rio aos 59 anos, de infarto, em dezembro de 2007.

RUBENS PAIVA

Tentaram encobrir o assassinato, em vão

Rubens Beirodt Paiva já era nome marcado pelos militares golpistas. Quando deputado federal por São Paulo, eleito em 1962 pelo PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, Rubens foi vice-presidente de uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para investigar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD. As entidades financiavam atividades anticomunistas e a eleição de candidatos de direita, com fartas verbas vindas dos Estados Unidos (ver fascículo 1, p. 8, Um jornalismo que nunca mais ressurgiu, p. 19, Dinheiro aprovado para Goulart ia para os adversários; e fascículo 2, p. 58, Entidades civis preparam o terreno, e p. 59).

As investigações revelaram o **depósito de cheques nas contas de oficiais** que, soube-se logo, conspiravam para derrubar Jango. Era natural que os golpistas pusessem o deputado entre os primeiros cassados, interrompendo uma carreira nacionalista iniciada no movimento estudantil, enquanto se formava em engenharia civil, e na campanha O Petróleo É Nosso.

UM TORTURADOR, CONTOU: MATARAM RUBENS NO *AÇOUGUE HUMANO* DE PETRÓPOLIS, ESQUARTEJARAM E ENTERRARAM OS PEDAÇOS EM VÁRIOS LUGARES.










Rubens e, na foto maior, com a mulher, a mãe e os filhos.

Cartas do Chile selam o destino do ex-deputado

Consumado o golpe, Rubens Paiva se exilou na Iugoslávia e na França, mas mantinha contato com políticos na mesma situação. Passados nove meses, embarcou para Buenos Aires, para encontrar Jango e Brizola. Durante a escala no Rio de Janeiro, disse à aeromoça que ia comprar cigarro, saiu do avião e pegou outro vôo, para São Paulo. Apareceu em casa de surpresa:

"Entrei no Brasil, estou no Brasil, vou ficar no Brasil."

Mudou com a família para o Rio. Casado com Maria Eunice Facciolla Paiva, tinha cinco filhos: Marcelo Rubens Paiva, que se tornaria escritor; Vera Sílvia, psicóloga; Maria Eliana, jornalista; Ana Lúcia, empresária; e Maria Beatriz, psicóloga. O ex-deputado voltou a exercer a engenharia. Mas nunca deixou de se corresponder com exilados.

Também ajudava os perseguidos pela ditadura, dando dinheiro, organizando fugas, escondendo gente. Certo dia, a repressão apreende com uma portadora vinda do Chile cartas enviadas por Helena Bocaiúva, implicada no seqüestro do embaixador americano Elbrick em 1969 e exilada em Santiago. Entre as cartas, uma para Rubens Paiva. Os agentes deduziram, erroneamente, que através de Rubens poderiam chegar a Carlos Lamarca, o guerrilheiro mais procurado do momento.

No dia 20 de janeiro de 1971, **homens armados de metralhadoras** invadem a casa de Rubens Paiva e, dizendo-se da Aeronáutica, o intimam a "prestar depoimento". Paiva se arruma e sai de terno e gravata, dirigindo o próprio carro. Vai tornar-se mais um desaparecido.

"Mancada": era só para torturar, matar não

O destino de Rubens Paiva acabaria reconstituído por depoimentos de outros presos e de agentes envolvidos no caso. Levado para a III Zona Aérea, sob o comando do brigadeiro João Paulo Penido Burnier, notório torturador e assassino, no dia seguinte o prisioneiro se encontrava, sob tortura, na sede do Doi-Codi/RJ, no Quartel da Polícia do Exército. Dali, segundo o ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, que trabalhou no Doi paulista até 1976, um destacamento do I Exército levou Rubens para o centro clandestino da repressão conhecido como Casa de Petrópolis, ou Casa da Morte, ou ainda Açougue Humano. Aqui o mataram.

Diz o ex-sargento que seguiram o ritual costumeiro: cortaram o corpo em pedaços e os enterraram em locais diferentes, para impedir a identificação. São apontados como assassinos de Rubens o coronel Ronald José da Motta Batista Leão, chefe da II Seção do I Exército; o capitão de Cavalaria João Câmara Gomes Carneiro; o subtenente Ariedisse Barbosa Torres; o major PM Riscala Corbage; e o segundo-sargento Eduardo Ribeiro Nunes. Dois outros militares estavam envolvidos: os irmãos Jacy e Jurandyr Ochsendorf e Souza.

Única prisioneira a sair com vida da Casa de Petrópolis, a ex-guerrilheira Inês Etienne Romeu ouviu de um dos carrascos, o Doutor Pepe, que a morte de Rubens foi "uma mancada" dos torturadores, não o deviam matar.

Resgate de mentira

Enquanto Paiva vivia seu calvário, a mulher Maria Eunice e a filha Maria Eliana, então com 15 anos, eram levadas para o Doi-Codi. Interrogavam as duas numa sala de tortura, onde havia um pau-de-arara e marcas de sangue pelo chão. Liberaram a mocinha em 24 horas, a mulher permaneceu doze dias incomunicável.

O Exército preparou uma versão mirabolante para o desaparecimento do ex-deputado. Apareceu na imprensa uma notícia plantada: "terroristas" resgataram Rubens quando agentes do Doi-Codi o levavam em diligência, a 28 de janeiro de 1971.

A família passou anos de angústia. Em 1996, o governo forneceu a Eunice Paiva e seus filhos um atestado de óbito.



O brigadeiro Burnier comandava a base aérea em que começou o suplício de Rubens Paiva.

O que leva um homem a torturar outro?

O marxismo não serve como instrumento para investigar isso. Nem a psicanálise. Resta o que o próprio Luiz chamava, brincando, o mistério do Mal. Da treva desse mistério, saíram as criaturas que o torturaram, de abril de 1974, quando foi preso pelo Doi-Codi de São Paulo, a junho, quando morreu, despedaçado. Contaram-me que um dos torturadores teria se gabado na sala ao lado daquela em que ele agonizava: "Está mal. Urinei na cara dele e não reagiu. Quem não reage mais à amônia está perdido." Quem era esse homem? Quem eram os outros? Estão por aí.

Heloneida Studart, em Luiz, o Santo Ateu, *sobre os homens que martirizaram o professor potiguar de geografia Luiz Maranhão, cujo crime foi "lutar por justiça social"*



Luiz Maranhão e sua mulher, Odette Maranhão.

AUSCHWITZ, DOPS, DOI-CODI, ABU-GRAB, GUANTÁNAMO...

Os autores de atrocidades como estas têm algo em comum.

Os registros oficiais pertencem ao Dops e Instituto Médico Legal...


Foto de Fernando Borges de Paula Ferreira, morto em 1969, encontrada no DOPS/SP.

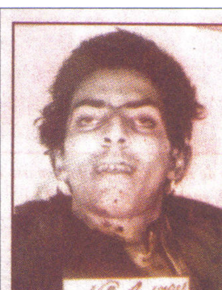

Foto de Roberto Cietto, morto em 1969, encontrada no IML/RJ.



Foto de Alceri Maria Gomes da Silva, morta em 1970, encontrada no IML/SP.


Foto de Carlos Eduardo Pires Fleury, morto em 1971, encontrada no IML/RJ.


Foto de Joaquim Alencar de Seixas, morto em 1971, encontrada no DOPS/SP.


Foto de Antônio Sérgio de Matos, morto em 1971, encontrada no IML/SP.

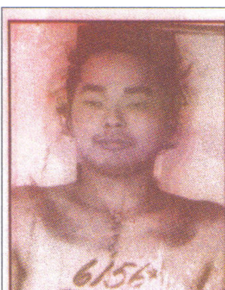
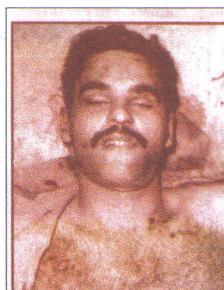


Foto de Luis Hirata, morto em 1971, encontrada no DOPS/SP.



Foto de Alexandre José Ibsen Voeroes, morto em 1972, encontrada no IML/SP.


Foto de Antônio Carlos Nogueira Cabral, morto em 1972, encontrada no ICE/RJ.

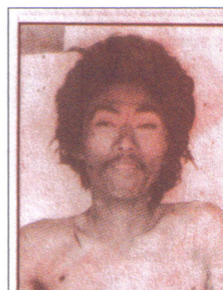

Foto de Hiroaki Torigoi, morto em 1972, encontrada no IML/SP.



Foto de José Júlio de Araújo, morto em 1972, encontrada no IML/SP.


Foto de Lourdes Maria Wanderley Pontes, morta em 1972, encontrada no DOPS/RJ.


Foto de Maria Regina Lobo Leite Figueiredo, morta em 1972, encontrada no ICE/RJ.

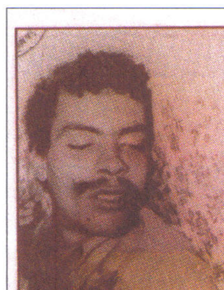

Foto de Valdir Sales Sabóia, morto em 1972, encontrada no DOPS/RJ.


Foto de Luis Guillardini, morto em 1973, encontrada no IML/RJ.

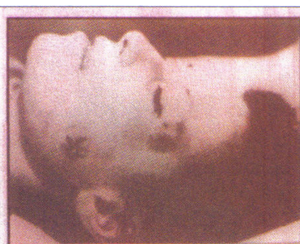

Foto de Sônia Maria Lopes de Moraes, morta em 1973, encontrada no DOPS/SP.


Foto de José Raimundo da Costa, morto em 1971, encontrada no DOPS/RJ.


Foto de José Gomes Teixeira, morto em 1971, encontrada no DOPS/RJ.


Foto de Ranúsia Alves Rodrigues, morta em 1973, encontrada no ICE/RJ.

Eles fazem questão de registrar o resultado de seu trabalho.

... do Rio, São Paulo e Recife. E ao Instituto Carlos Éboli do Rio.

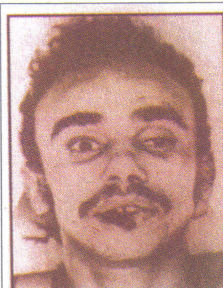

Foto de Emmanuel Bezerra dos Santos, morto em 1973, encontrada no DOPS/SP.


Foto de Hélber José Gomes Goulart, morto em 1973, encontrada no DOPS/SP.


Foto de Lincoln Bicalho Roque, morto em 1973, encontrada no ICE/RJ.


Foto de Manoel Lisboa de Moura, morto em 1973, encontrada no DOPS/SP.

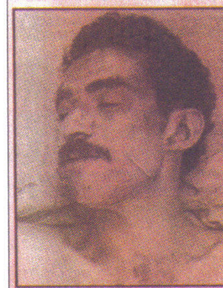

Foto de Merival Araújo, morto em 1973, encontrada do ICE/RJ.


Foto de Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, morto em 1976, encontrada no DOPS/SP.

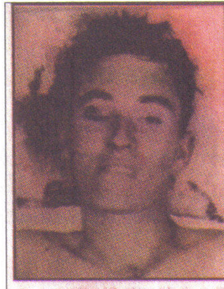

Foto de Antônio Três Reis Oliveira, morto em 1970, encontrado no IML/SP, antes desaparecido.


Foto de José Maria Ferreira Araújo, morto em 1970, encontrado no IML/SP, antes desaparecido.


Foto de José Roberto Spilgner, morto em 1970, encontrado no IML/RJ.


Foto de Ana Maria Nacinovic Correa, morta em 1972, encontrado no IML/SP.


Foto de Célio Augusto Guedes, morto em 1972, encontrada no IML/RJ.


Foto de Yoshitame Fujimore, morto em 1970, encontrada no IML/SP.


Foto de José Milton Barbosa, morto em 1971, encontrada no DOPS/SP.


Foto de José Manoel Nunes de Abreu, morto em 1971, encontrada no DOPS/SP.


Foto de Amaro Luís de Carvalho (Capivara), morto na Casa de Detenção-Recife-PE, em 1971. Foto IPT-PE.


Foto de Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, morto em 1969, em Recife-PE. Foto IPT-PE.


Foto de Pauline Philipe Reichstul, morta em 1973, na Granja São Bento-Paulista-PE. Foto IPT-PE.


Foto de Eudaldo Gomes da Silva, morto em 1973, na Granja São Bento-Paulista-PE. Foto IPT-PE.


Foto de Anatália de Sousa Alves Melo, morta em 1973, no Dops Recife-PE. Foto IPT-PE.


Foto de Anatália de Sousa Alves Melo, morta em 1973, no Dops Recife-PE. Foto IPT-PE.

JOSÉ ADOLFO DE GRANVILLE PONCE

"A guerrilha foi a esperança no século 20"

Os primeiros anfitriões da casa de José Adolfo de Granville Ponce, 74 anos, são seus cinco cachorros. Sentado no sofá de almofadas amarelas, cumprimenta sem soltar seu cachimbo. Veste calça moletom e camiseta ampla, vestimenta confortável para seus mais de 100 quilos. Convida para o escritório no andar de cima, com sua voz rouca e amigável.

Os anos de chumbo ele nunca imaginou o quanto seriam duros depois do AI-5 (Ato Institucional número 5). Militante do Partido Comunista, se juntou em 1968 à ALN, Ação Libertadora Nacional, de Carlos Marighella, que partiu para a luta armada. Sua participação se restringia à difusão das ações guerrilheiras. Em janeiro de 1969, começa o ano com o pé direito:

"Estava contente por ter conseguido emprego na Jovem Pan, fazendo textos para o primeiro jornal falado da rádio...", a tosse o interrompe. "Ademais era bom dinheiro, um trabalho fácil, mas não deu. Na manhã seguinte veio a Polícia Militar e me levou."

Granville mantém uma presença forte atrás de sua mesa, onde fica a coleção de cachimbos, um cinzeiro de madeira, revistas e um livrinho vermelho, com a cara de Mao Tsé-tung na capa. A fumaça enche o ambiente. Ele rememora seu seqüestro e os primeiros momentos no quartel do II Exército, na Oban:

"Depois da tortura no primeiro interrogatório, você volta para o Dops, é interrogado por um delegado mais experiente. No quartel é na base da pauleira. Esses delegados dão um parecer, dependendo deles você volta para o pau."

Depois de seis meses no Dops, ficou dois anos e dois meses no presídio Tiradentes com mais quinhentos. O mais duro foram os últimos meses, "premiado com outros presos depois de uma rebeldia organizada": direto para o Carandiru, presídio de má fama implodido em 2002.

Carlos Marighella era "admirável"

O tom de voz muda, Granville medita cada palavra e a nostalgia lhe invade a memória.

"Marighella era uma figura extremamente alegre, também nas situações mais tormentosas, sempre otimista. Quando defendia uma tese, se empolgava de tal forma que era difícil contradizer, tinha muita facilidade de se expressar e muita convicção. Uma figura admirável ao tratar as pessoas."

Carrega o cachimbo e risca o fósforo antes de dar seu parecer sobre as conseqüências da ditadura:

"A luta armada não é mais um sonho. Para muitos é uma certeza. Sou um deles: ninguém abre mão da sua condição de classe dominante sem violência. Só que se precisa de muita violência para derrotar a burguesia."

A firmeza da resposta faz brilhar aqueles pequenos olhos claros. A tosse retumba no escritório. Os anos passaram para seu corpo, mas a fé continua firme:

"A guerrilha foi a esperança no século 20. No século 21 não temos mais as ilusões. Qual é? Não sei responder, mas tenho certeza que ela chegará."

"O mal que causaram"

O sol já não entra pela janela atrás de Granville, sombras tomam-lhe o rosto e suas palavras se carregam de tristeza:

"Hoje a juventude é alienada, sem falar mal, não estão interessados nos valores, solidariedade, fraternidade, caráter, ética. Os militares esfaquearam a democracia, desmoralizaram valores, que bem ou mal eram cultivados."

A moça traz café, mas ele não se desvia:

"Os tribunais se recusar a reconhecer a existência da ditadura é uma coisa inominável, uma covardia. Toda a sociedade sentiu os efeitos da repressão. Não só os partidos, também as organizações de esquerda; os sindicatos foram dizimados", diz com dificuldade.

Há um tubo de oxigênio diante da sortida biblioteca e parece que ele vai precisar dele a qualquer momento. Mesmo assim dispara um repto:

"Desafio o conhecedor mais profundo das obras e das realizações dos milicos: o que de importante trouxeram? O mal que causaram é incomensuravelmente maior que qualquer bem que porventura tenham imaginado produzir."

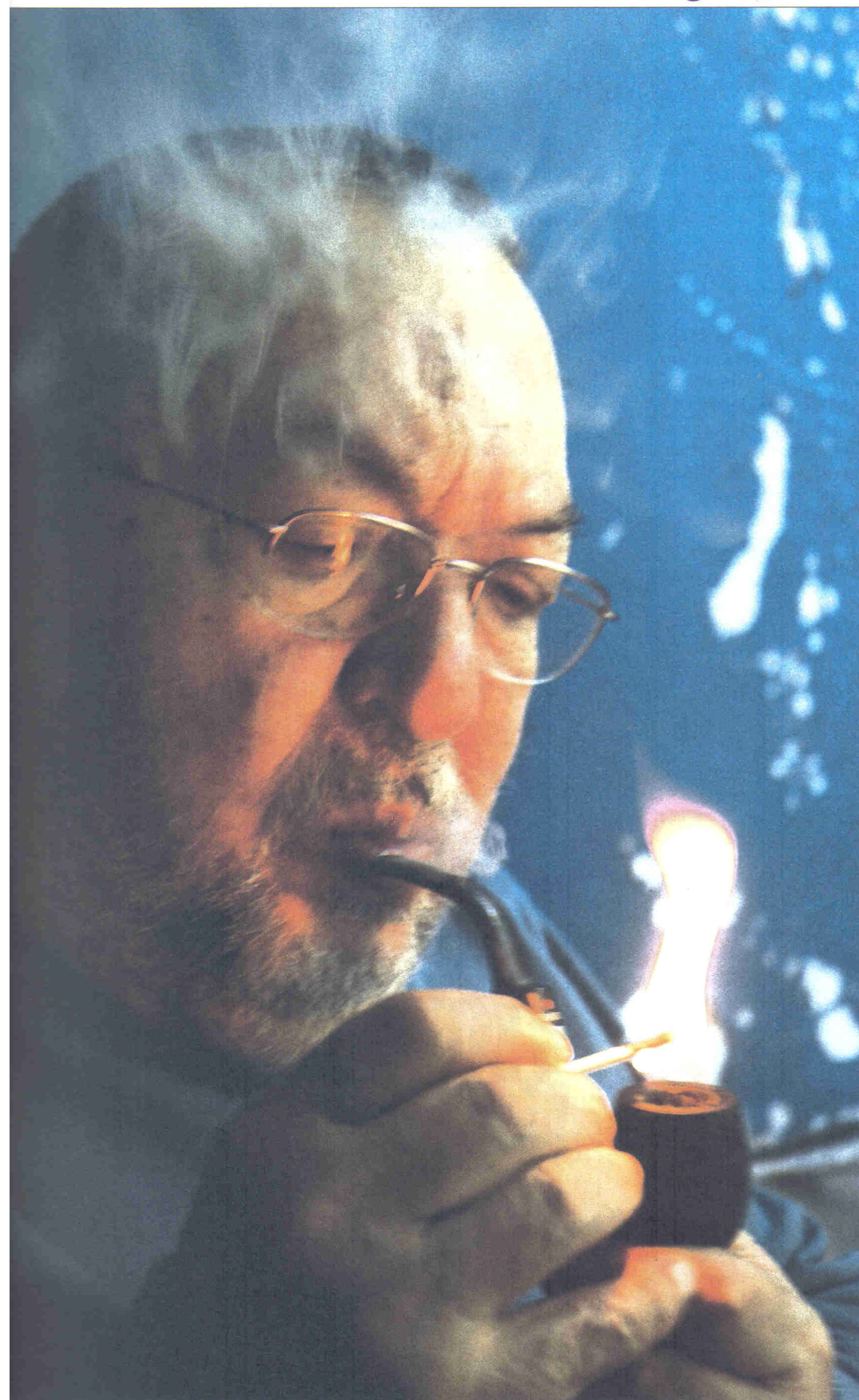
A sensação era de morte

"Eu não me lembro de ter falado sobre tortura. Nenhum cara gosta de falar. Funciona pra nós como um mecanismo de defesa."

Depois de muitos anos, uma porta que estava fechada se abriu, as lembranças não voltam com lágrimas e sim com orgulho.

"A consciência de tortura está presente para todo militante. É uma opção em favor de uma causa, de um ideal. Você se expõe ao risco conscientemente", reflete Granville.

No livro *Tiradentes, um Presídio da Ditadura*, ele deixa um relato lúgubre: "Recrutas, recém-incorporados à PE (Polícia do Exército), foram chamados para assistir à minha tortura. Eu estava dependurado no pau-de-arara, de cabeça para baixo. Aí, um sargento nordestino que estava me torturando chama um dos meninos. O rapaz vem todo tímido e o sargento manda ele rodar a manivela da maquininha de choques elétricos. O recruta não consegue.'Vamos, seu bunda-mole, roda isso aí com mais força', gritou o sargento. Até que o menino, ainda tenso, consegue girar a manivela. É terrível. Os militares transformar seu filho num torturador. É para isso que o seu filho vai servir a nação?"



"Eu me considero bem torturado"

Os fantasmas acompanharam por muito tempo aqueles homens e mulheres, alguns até hoje.

"O que me dá terror são os pesadelos com afogamento. Tinha um banco comprido, no cassino dos sargentos. Eu ficava deitado de barriga pra cima, a nuca fora do banco e a cabeça pendurada pra trás. O cara vinha com uma seringa cheia d'água e injetava pelo nariz continuamente. A sensação era de morte", relembra Granville.

A tortura se transforma num jogo macabro onde se misturam fraqueza de alguns, resistência de outros e o prazer dos torturadores.

"Puro sadismo. Te desciam do pau-de-arara, sem coordenação motora, e se divertiam em exigir que você se desamarrasse, e eles gozando grotescamente", conta Granville, passando a mão pela boca como se quisesse tirar um gosto amargo. Apóia a mão na cabeça:

"Fiquei com problema no ouvido, me considero bem torturado, mas em comparação com outros não foi nada."

Conviveu com o espancamento, um tímpano estourado, o sofrimento de companheiros, até secundaristas de 16 anos, coisas que continuarão marcadas pelo resto da vida.

Granville lança o desafio: torturaram, mataram, "e o que de importante deixaram?"

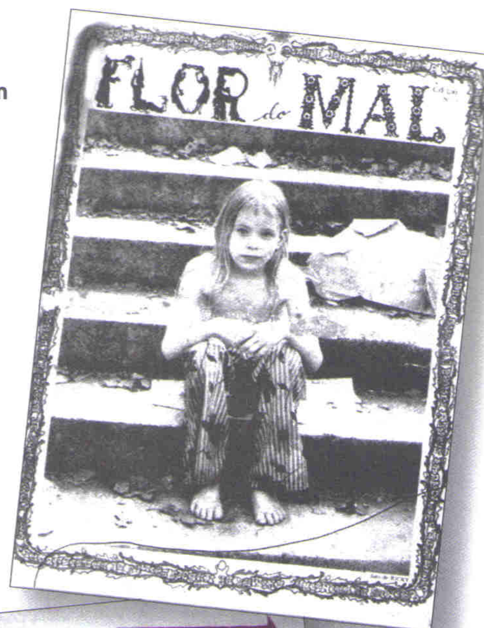
CONTRACULTURA

No auge da ditadura, a contestação inclui sexo e drogas

As publicações culturais alternativas surgem no começo do governo Médici e incomodam mais à sociedade conservadora do que aos militares. Tratam de sexualidade, experiências com maconha e LSD (ácido lisérgico), psicanálise, surrealismo, anarquismo, deixando de lado a doutrinação da esquerda clássica e a política partidária. Acabarão por falta de dinheiro, dificuldades internas, asfixia da censura e até perseguição e pressão policial-militar. Editores da revista paulista de quadrinhos *Grilo*, por exemplo, desistiram quando a Censura os obrigou a submeter-lhe, em Brasília, todas as histórias que iriam publicar. Eles lançam então o *Ex-*, cujo primeiro número já incomoda: Hitler toma banho de sol numa praia tropical (veja fascículo 6, p. 172); e a capa do número seguinte, com o presidente americano Richard Nixon vestido de presidiário, leva seu editor principal a passar uma noite preso.

Pioneiro, em 1970 Luís Carlos Maciel, titular do *Pasquim* para assuntos de contracultura, lança no Rio *Flor do Mal*. Artesanal, era "momento de liberdade extrema" no pior período da ditadura. Repercute: vende a metade dos primeiros 40.000 exemplares. Mas sobrevive somente cinco edições.

No ano seguinte, também no Rio, circulam duas edições de *Presença*. Em Salvador, influenciado por Caetano e Gil, *Verbo Encantado* chega a vender 15.000 exemplares. Em Porto Alegre, *Pato Macho*, editado por Luis Fernando Verissimo, escandaliza a provinciana capital e, apesar de contar com anunciantes, o declínio de venda em bancas acaba por extinguir a publicação.





Flor do Mal pegava leve; Versus pegava médio; O Bondinho e o Ex- pegavam pesado.

VERSUS

Como acabar com um jornal: pôr na mão de ativistas políticos

Da linhagem contracultural, as mais duradouraas publicações surgem em São Paulo, o tablóide Versus e a revista O Bondinho (ver fascículo 6, p. 172). Versus, apesar de alternativo, difere muito de antecessores e contemporâneos. Lançado em 1975 pelo lendário jornalista gaúcho Marcos Faerman, toma como tema a América Latina submetida por séculos a governos autoritários.

Tablóide bimestral, traz capa colorida em papel nobre e visual angustiante que funde texto, fotografia, desenho, quadrinhos, poesia. Livre da censura prévia, a narrativa sobre heróis, lendas e mitos, influenciada pela literatura latino-americana, leva Versus a vender 35.000 exemplares no final de 1977, seu apogeu.

É quando a cultura começa a perder espaço para a política no tablóide, que passa a incorporar as reivindicações do movimento negro. A redação recebe exilados da América Latina e, em pouco tempo, Versus assume em editorial a mudança de rumo. Passa a ser controlado pela Convergência Socialista, organização que tenta legalizar um partido socialista no Brasil, mais tarde uma das correntes do PT, Partido dos Trabalhadores.

Há rachas internos, devassas fiscais, multas. Faerman e alguns colaboradores saem, ficam os ativistas da Convergência Socialista. Versus perde leitores e acaba no número 34, em outubro de 1979.



ex- ANO I · Nº3 · JANEIRO · 74

JORNAL DE TEXTO HISTÓRIA EM QUADRINHO, FOTOS E KUNG FU Cr$4,00

Kung Fu

O PECADO

H. HUGHES

AFRICA, ADEUS

Comunista desde criancinha

Marcos Faerman, o Marcão, aluno relapso mas bom de redação, líder estudantil comunista, ia para o colégio fazer jornais. Começou na imprensa no jornal *Última Hora*, em Porto Alegre, onde criou um caderno de cultura com o escritor Luis Fernando Verissimo.

O golpe militar pega o jovem Marcos no Partido Comunista e ele larga a militância depois de preso e torturado. Segue para São Paulo e passa pelo *Jornal da Tarde* em 1968, antes da aventura na imprensa alternativa: *Ex-*, *Singular* e *Plural*, *Versus*.

Morreu em 1999, aos 55 anos, precocemente alquebrado e doente.



PRAZER VS. REPRESSÃO. Lançado em 1977 em São Paulo, o propunha o prazer, principalmente sexual, como forma de libertação. O dogmatismo político, sempre repressor, era o principal alvo. Diagramação refinada inspirada no concretismo, tratou corajosamente de homossexualidade, por exemplo. Durou seis edições.



Para Marcão, *Versus* era a vida

"Foi um dos mais profundos casos de assassinato cultural porque o grupo que assumiu o jornal, assumiu para matá-lo. A Convergência Socialista foi de uma irresponsabilidade absurda porque, para eles, o *Versus* era apenas uma coisa instrumental, não era a vida. Quando um jornal passa a ser instrumento, ele termina. A irresponsabilidade também foi minha, porque eu era diretor e não tive energia suficiente para enfrentar a situação."

Depoimento de Marcos Faerman para "Vinte Anos de Imprensa Alternativa", de Sônia Virgínia Moreira, em O Poder da Imprensa Alternativa Pós-1964, Histórico e Desdobramentos, *Rio de Janeiro, Rioarte, 1985.*

ANTÔNIO NARCISO PIRES DE OLIVEIRA

Um ex-torturado solidário com os ex-torturados

Com cerca de 60.000 mil habitantes na época, Apucarana, no norte do Paraná, agitava-se no final da década de 1960 com um movimento estudantil dos mais atuantes e bem organizados do Estado. Antônio Narciso Pires de Oliveira, futuro publicitário, chegando então aos 20 anos, presidente da União dos Estudantes de Apucarana, passaria dois anos preso e outros vários na clandestinidade. Integraria o PCB, Partido Comunista Brasileiro; POC, Partido Operário Comunista; MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro; e finalmente o PT, Partido dos Trabalhadores, ao qual permanece filiado, aos 58 anos, além de coordenar no Paraná o grupo Tortura Nunca Mais.

"Naquela altura do campeonato, após o Ato Institucional número cinco, fazer movimento estudantil em Apucarana, ao lado de um quartel do Exército, era impossível", conta ele quase 40 anos depois.

A primeira prisão ocorre em 1970, passa 14 dias encarcerado. Cinco anos mais tarde, em outubro de 1975, Narciso Pires se veria forçado a entregar-se aos agentes de repressão.

"Fiquei na clandestinidade, absolutamente sozinho e sem condições de sobrevivência. Daí seqüestraram meu irmão mais velho, e o torturam como isca. Digo isso porque os militares sabiam que ele não militava. Tanto é verdade que o nome dele não aparece em nenhum inquérito. Não tive escolha."

Narciso Pires, depois de se entregar, foi levado para o quartel do Exército de Apucarana. Passaria uma noite inteira de tortura.

"A revolução salvou este país, tirou do atoleiro, deu estrutura a este país."

GENERAL CYRO ETCHEGOYEN, QUE ATUOU NA ÁREA DE INFORMAÇÕES NO GOVERNO MÉDICI



Rua das Flores, Curitiba, campanha pela anistia, 1979: Narciso Pires discursa, tendo ao fundo Roberto Requião, futuro governador do Paraná.

Saiu da cadeia sem perspectiva alguma

"Fui algemado, encapuzado, levado para um local clandestino e torturado. Passei por tudo. Pau-de-arara, afogamento, choque elétrico. Dos dois anos de prisão, nove meses passei dentro de uma cela fechada, com a luz acesa e um agente secreto dormindo ao meu lado", conta Narciso.

O cerco ao militante era implacável. Em 1974, um ano antes da mais longa prisão, o governo Médici o proibiu de ensinar – Narciso Pires era servidor concursado da rede pública de ensino do Estado do Paraná. Quando estudante de jornalismo da Universidade Federal do Paraná, UFPR, anos antes, o regime o obrigou à clandestinidade.

"Você era preso, morto ou clandestino. Não tinha jeito. Saí da prisão sem qualquer perspectiva. Mas fui liderar as manifestações pela anistia. A questão central era derrubar a ditadura militar. O negócio era ir para a rua, para o enfrentamento direto", diz.

O torturado tem seqüelas mesmo que não admita

Os 17 anos de militância na esquerda durante o regime militar, entre 1968 e 1985, renderam a Narciso Pires a perda de dois amigos – colegas de movimento estudantil em Apucarana que, após contato com Carlos Mariguella, decidiram partir para São Paulo e integrar-se à Ação Libertadora Nacional, ALN.

"Éramos um grupo de sete meninos na faixa de idade de 16 a 21 anos no final dos anos sessenta. **Dois deles acabaram assassinados**, e os outros cinco foram para o Partido Operário Comunista", conta.

Quanto se pergunta a Narciso Pires sobre as seqüelas que as torturas e os anos de prisão lhe deixaram, ele responde:

"Não fiquei com seqüelas físicas. Quanto às psicológicas, é difícil acreditar que não as tenhamos. A doença chama-se Transtorno do Estresse Pós-Traumático. Os ex-presos políticos que foram torturados, em sua maioria, têm dificuldade de aceitar a idéia de que ficaram com seqüelas."

Mas ficaram.

SEQÜELA DE TORTURA, NA CLASSIFICAÇÃO DAS DOENÇAS, EQUIVALE À GUERRA, ESTUPRO, CATÁSTROFES, BOMBA ATÔMICA...



Prisão do Ahú, Curitiba, 1977: todos os presos pertenciam ao PCB; Narciso Pires é o último à direita.

Uma doença reconhecida internacionalmente

Praticamente todos os ex-torturados entrevistados para este fascículo sentiu dificuldades ao abordar o assunto "tortura". O transtorno de que fala Narciso Pires inscreve-se na Classificação Internacional das Doenças (CID), da Organização Mundial da Saúde, no escaninho CID 10. Os especialistas que elaboraram o diagnóstico dessa doença pós-trauma tinham como parâmetro acontecimentos como guerra, estupro, o holocausto nazista, o bombardeio atômico de Hiroxima e Nagasaki, catástrofes naturais, acidentes graves e... a tortura.

Em 1998, Narciso Pires representou os ex-presos na Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos do Paraná - foi o primeiro Estado a sancionar uma lei de indenização aos ex-presos políticos, em 1995. O primeiro desafio da Comissão, instalada em 1998, foi estabelecer quem tinha direito a ser indenizado. A lei previa indenização apenas para os ex-presos que apresentavam seqüelas.

"Foi aí que descobrimos a denominação da doença que acomete os ex-presos políticos torturados. O enquadramento na doença ficou muito claro na época, ao responder os seus diversos itens. Hoje é uma doença muito estudada devido ao aumento da criminalidade e às conseqüencias para suas vítimas. Foi assim que a Comissão passou a entender que todo preso político é um seqüelado. As pessoas eram presas, torturadas e posteriormente vigiadas, e até permanentemente ameaçadas. Por isso todo o mundo até hoje tem grande dificuldade de falar a respeito da própria tortura. Foi um processo que durou muito tempo, sempre alimentando a doença."



IVAN SEIXAS

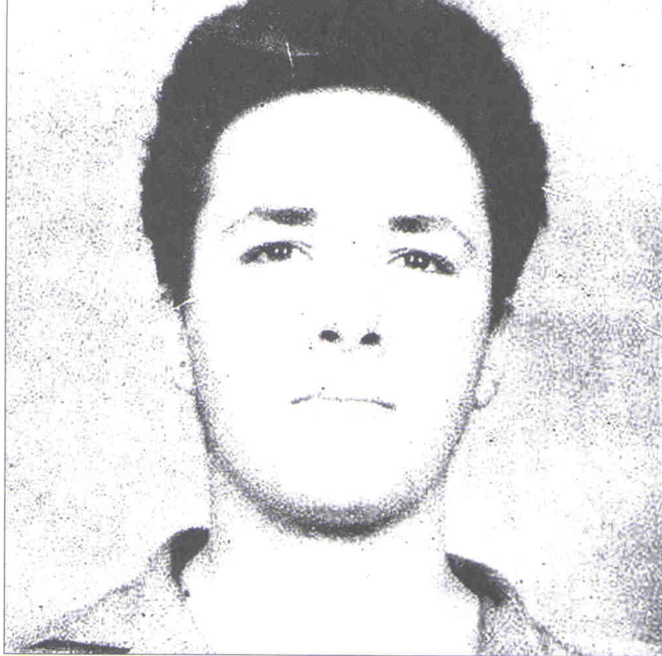
Da cela, a mãe ouviu o marido ser torturado até a morte

"De quem é esse presunto?", pergunta um policial. O outro responde: "Esse era o Roque."

Roque era o nome de guerra do metalúrgico Joaquim Alencar Seixas, pai de Ivan Seixas, futuro jornalista. Ivan foi preso junto com o pai em 16 de abril de 1971, às 10 da manhã, na rua Vergueiro, São Paulo. Tinha 16 anos. Foram levados para a Oban e torturados juntos, "na mesma sala". Foi torturado madrugada adentro e, na manhã do dia 17, levado pelos policiais para uma mata que mais tarde seria o Parque do Estado. Simulariam um fuzilamento, para fazê-lo falar.

"No caminho, os caras pararam para tomar café e me deixaram algemado no porta- malas da C-14, de onde vi a manchete da *Folha da Tarde* dizendo que meu pai havia morrido ao resistir à prisão. Tinha a foto dele e tudo o mais."

Ao voltar para a Oban para mais tortura, Ivan reencontrou o pai ainda vivo. Joaquim Seixas seria assassinado pouco depois, por volta das 7 da noite. A mãe de Ivan, presa também, estava logo abaixo da sala de torturas. E ouviu Joaquim ser torturado até a morte. Soube que o marido estava morto quando ouviu aquele diálogo entre os dois policiais.



Ivan entrou na luta contra a ditadura aos 15 anos.

Revolucionário aos 15 anos

Ivan Seixas permaneceu preso por seis anos, transferido diversas vezes de presídio. Foi solto em agosto de 1976, no começo da abertura, "quando Geisel se livrou dos casos mais cabeludos da ditadura", diz Ivan.

Mesmo sendo filho de militantes, seus pais relutaram até aceitar a decisão do garoto, então com 15 anos, de integrar o Movimento Revolucionário Tiradentes, MRT. Quatro décadas depois, além de jornalista, Ivan integraria o Fórum de Ex-Presos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Mortos e Desaparecidos.

ALUÍZIO PALMAR

"Atravessei a baía algemado a uma barra de ferro do helicóptero"

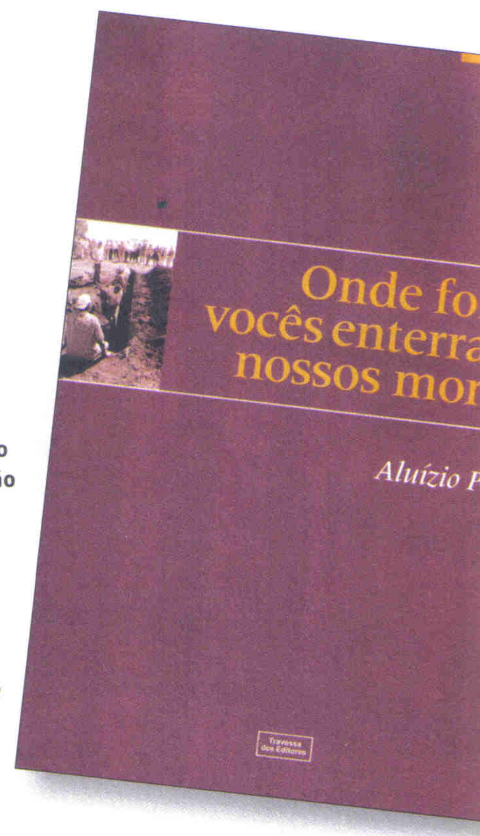
ALUÍZIO PALMAR ESCREVEU ONDE FOI QUE VOCÊS ENTERRARAM NOSSOS MORTOS?, DEDICADO A TODOS OS MORTOS E DESAPARECIDOS. EXCLUSIVAMENTE PARA ESTA COLEÇÃO, ESCREVEU O DEPOIMENTO ABAIXO, SOBRE SUA PRISÃO E TORTURAS. FOI UM DOS PRESOS TROCADOS PELO EMBAIXADOR SUÍÇO, SEQÜESTRADO NO RIO EM DEZEMBRO DE 1970.

Cheguei ao presídio do Ahú, em Curitiba, em junho de 1969. Fui direto para o fundão da quarta – a cela da Quarta Galeria usada para torturar presos comuns. Parecia um trapo humano, a ponto de não me importar com a cela fedida, sem colchão ou cobertor, nem com o frio que deixava azuis os dedos – afinal havia saído das mãos sádicas dos torturadores.

A prisão ocorreu em Cascavel, oeste do Paraná, onde a Dissidência Comunista do Rio, mais tarde MR-8, implantava bases para a guerrilha rural. Na delegacia, durante não sei quanto tempo fiquei num pau-de-arara com uma mangueira despejando água em meu rosto coberto por um pano.

Fui parar no quartel da PE, Polícia do Exército, em Curitiba, na praça Rui Barbosa. Ali tentei mais uma vez me suicidar. Já havia tentado, delatando um "ponto" falso no quinto andar do edifício Avenida Central, no Rio. Meu plano era saltar lá de cima.

Agora, na PE, passei a noite raspando o pulso com um pedaço de vidro. Estava aterrorizado. Havia passado a tarde no Dops numa sessão de afogamento e choques elétricos, comandada pelo delegado Ozias Algauer.



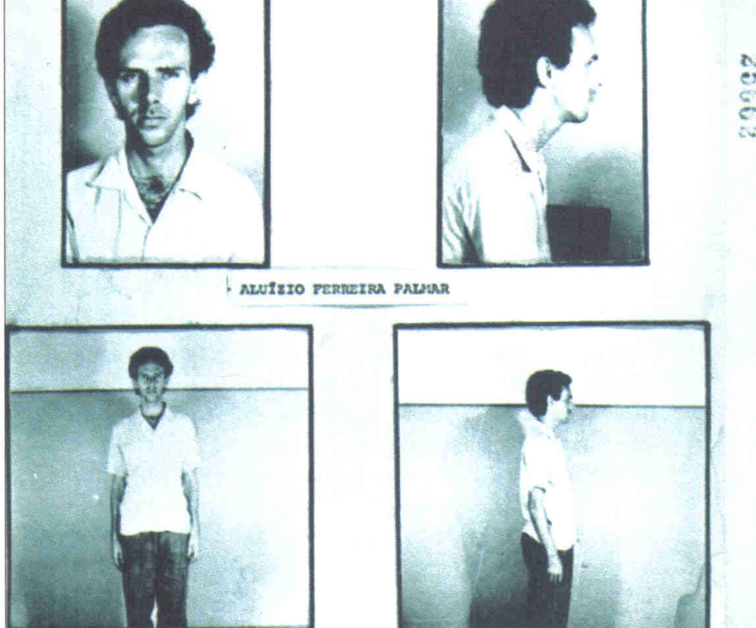
O livro de Aluízio é uma busca pelo fim que levaram Onofre Pinto e outros guerrilheiros desaparecidos em 1973.

"Estava baratinado pelo pavor"

Ao amanhecer fui conduzido ao aeroporto. Um tenente disse que iam me entregar para o delegado Fleury. Me apavorei. Só me acalmei quando o bimotor da FAB sobrevoou o Parque Nacional do Iguaçu. Em terra, entramos na mata espessa, caminhamos horas, até que me amarraram numa árvore, me vendaram e simularam um fuzilamento. Queriam que dissesse onde eram os "esconderijos das armas". Eu estava baratinado pelo pavor.

Depois de novas torturas na PE e no Dops, fui levado de volta a Foz do Iguaçu. Já respondia a Inquérito Policial Militar, quando companheiros foram presos, no Paraná e no Rio.

Em maio de 1969, agentes do Cenimar, Centro de Informações da Marinha, me levaram para o centro de torturas da Ilha das Flores.



Aluízio na ficha policial em 1969, ano em que completou 26 anos.

"Não vou dizer, seria mentira e até ingenuidade, que nunca houve tortura."

GENERAL IVAN DE SOUZA MENDES, INTERVENTOR EM BRASÍLIA EM 1964 E OCUPANTE DE VÁRIOS CARGOS DURANTE OS GOVERNOS MILITARES

Adeus, radinho de pilha

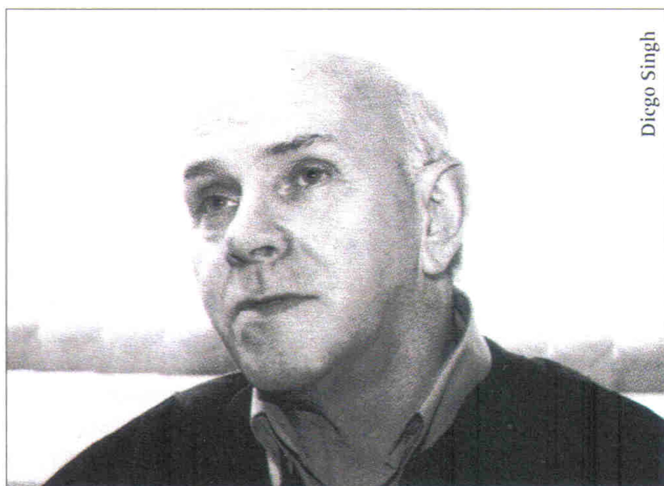
Depois de muito ir e vir, em novembro me levam ao Rio, para audiência na Auditoria da Marinha. Terminada a pantomima fomos para o presídio da Ilha das Cobras. Na caverna transformada em cela testemunhamos os últimos momentos de Eduardo Leite, o Bacuri: estava agonizante.

Após o julgamento fomos para a Ilha Grande. Os presos ficavam em celas de 2x4, com cama-beliche, fechadas por chapas de ferro com portinholas. Saíamos escoltados para o refeitório. Era proibido conversar.

Fui trancafiado pela primeira vez na cela-castigo por reclamar do "confere", rotina estúpida: os guardas batiam nas grades com um pedaço de ferro para ver se tinha alguma barra serrada. Aquele estrondo, no meio da noite, me punha os nervos à flor da pele. Parecia que ia voltar para o pau-de-arara.

A segunda vez foi devido a uma reclamação. Parentes me levaram livros e não recebi. O diretor se negou a atender e protestei contra a ditadura que tinha "medo até de livros didáticos". Levei um murro na boca do estômago. Caí e fui espancado. Enquanto me arrastavam para a solitária, denunciei aos gritos o que havia se passado.

Na solitária, por um radinho introduzido clandestinamente, ficamos sabendo do seqüestro do embaixador da Suíça, a 7 de dezembro de 1970. Mas os guardas ouviram e me tomaram o único contato com o mundo. Só fiquei sabendo que ia ser trocado pelo embaixador quando me levaram para o segundo andar.



Diego Singh

Aluízio no ano do lançamento de seu livro, 2005.

A alegria de deixar o inferno

Além das aflições noturnas, ainda ouvia ameaças: seríamos jogados ao mar. Em 23 de dezembro de 1970, um helicóptero baixou. Fui levado até a sala da direção. Mandaram tirar a roupa e me fotografaram em vários ângulos. Os agentes, mediante ameaças, tentaram me forçar a não aceitar a troca. Disseram que, aceitando, estaria assinando minha sentença de morte.

Não adiantaram nem as promessas de regalias. Assinei uma declaração de próprio punho e no dia 7 de janeiro atravessei a baía de Angra dos Reis, algemado numa barra de ferro do helicóptero. Por mais incerteza que houvesse quanto ao meu destino, a alegria de deixar aquele inferno e a perspectiva de liberdade eram maiores.

VIRGÍLIO GOMES DA SILVA

Comandante Jonas, o primeiro desaparecido

Nascido no Rio Grande do Norte em agosto de 1933, aos 19 anos Virgílio já está filiado ao Partido Comunista e figura entre os dirigentes do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. Após o golpe militar de 1964, Virgílio defende a luta armada contra a ditadura. Adere à dissidência liderada por Carlos Marighela, que culminaria com a formação da ALN, Ação Libertadora Nacional. E faz parte do primeiro grupo a viajar a Cuba para treinamento de guerrilha, em 1967.

A ALN formaria Grupos Táticos Armados, os GTAs. Com a morte de Marcos Antônio Brás de Carvalho, o Marquito, comandante do GTA de São Paulo, Virgílio assume o lugar. E comandará o seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick.

Antônio Carlos Fon, baiano, 62 anos, era jornalista da *Folha de S. Paulo* e agente de informações da ALN. Em seu apartamento, na avenida Duque de Caxias, perto do centro da capital paulista, Virgílio costumava hospedar-se, já conhecido na organização como Jonas. Foi daquele apartamento que Jonas e outro companheiro saíram para realizar o seqüestro. Fon rememora:

"A gente estava tomando café, eles me gozaram: você fica aí correndo atrás de notícia, se soubesse o furo que o mundo inteiro vai querer saber..."



ILDA E VIRGÍLIO. A viúva de Virgílio Gomes da Silva, Ilda Martins da Silva, mostra a única fotografia que lhe restou do marido. Mulher vigorosa, depois de torturada e separada dos quatro filhos pequenos, depois de nove meses de prisão, rumou para Cuba. De lá voltou dezoito anos depois, com três filhos formados em engenharia e a caçula, em geologia.

Enquanto discutiam o que fazer, Jonas já tinha feito

Quase quarenta anos depois, pela janela do pequeno apartamento de Fon, não muito longe daquele da Duque de Caxias, entra o barulho de crianças brincando. O vento ondula a cortina enquanto Fon narra sua prisão no dia 29 de setembro de 1969, 25 dias depois do seqüestro. Eram 6 da manhã, ele estava sossegado fumando na cama, embaixo dela um monte de explosivos:

"Não acreditam, acham que ninguém teria coragem de fumar em cima de 300 quilos de dinamite. Tolice, dinamite não explode assim."

Levado para a Oban, Fon passa três horas na tortura. O apartamento fica vigiado, Virgílio chega às 9 da noite e cai na rede.

"Ele era muito forte e valente. Chegou na Oban resistindo, gritando e algemado. Eles precisavam do equipamento para torturá-lo e eu fui tirado do pau-de-arara, me puseram no chão, e aí eu vi o Jonas", relata Fon, sentado na frente de uma mesa redonda coberta de livros, com um vaso enfeitado de flores de plástico.

A noite chega, o tempo fecha. A chuva acompanha uma história que descreve aquele homem rebatizado Jonas. Um grupo guerrilheiro precisava de automóveis para uma ação. Enquanto discutiam o que fazer, Jonas pede licença e sai:

"Voltou em meia hora e contou aos companheiros: 'Tinha um cara parado de carro, meti o revólver nele e disse *desce que eu preciso do carro*'. Era um cara de ação, não titubeava, era um cara de decisão", ri Fon.

"Ele não pensava em riqueza"

Ilda Martins da Silva, viúva de Virgílio, foi presa no dia seguinte, 30 de setembro de 1969, em São Sebastião, litoral paulista, junto com três dos quatro filhos, o menor com quatro meses. Os torturadores queriam saber mais sobre Jonas. Ilda recorda:

"A maior tortura de todas: falavam que iam matar meus filhos, que iam torturar eles na minha frente. Todo dia. Iam dar choques neles na minha frente, até a minha pequeninha de quatro meses", diz ela, sentada em um sofá cinza, em sua casa no Jabaquara, zona sul de São Paulo.

Dos nove meses de prisão, ficou quatro sem saber nada dos filhos. Ilda é uma mulher vigorosa, de olhos claros, cabelo curto cor de prata. Com a ponta do dedo, limpa umas lágrimas de saudade ao lembrar-se do pai de seus filhos:

"Ele não pensava em riqueza, tanto é que entrou na organização para derrubar a ditadura."

Misteriosamente Ilda era despedida de todos os lugares onde conseguia emprego. Tomou então a decisão de viajar para Cuba, como tinha planejado com Virgílio. Lá ficariam dezoito anos, até o regresso em 1991.

> "Isso não admitíamos, em hipótese alguma."
>
> GENERAL COELHO NETTO, CHEFE DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO NO GOVERNO MÉDICI, SOBRE TORTURA



Antônio Carlos Fon, testemunha da morte de Virgílio Gomes da Silva.

ESPERTEZA DE CRIANÇA

Os filhos ficaram juntos

Anos depois, o jornalista Mário Magalhães encontrou o laudo da necropsia feita no corpo de Virgílio, o Jonas. Não há um osso inteiro, está escrito: "o único órgão intacto é o coração". Não conseguiram destruir o coração de Virgílio.

Os quatro filhos dele se formaram em Cuba, os homens em engenharia e a menina em geologia, graças à tenacidade de Ilda. No processo dela consta um documento do Dops à polícia feminina, que diz:

"... encontram-se à disposição desta delegacia os menores Vladimir e Virgílio Gomes da Silva Filho, que agora encaminhamos a V. Sas..."

Os meninos, de 7 e 9 anos, foram presos e interrogados no Dops por dois dias. Isso está documentado. E Isa, a menininha que tinha quatro meses, estava no Juizado de Menores para adoção. Os irmãos maiores, quando chegaram lá e viram a irmãzinha, passaram a dormir embaixo do berço, para que não a levassem. Graças a essa esperteza, os irmãos permaneceram juntos.

Liquidado a pontapés

Seus torturadores e assassinos foram os capitães Albernaz, Homero Cesar Machado e Dalmo Luiz Cirillo; major Inocêncio Fabrício de Mattos Beltrão; e sargento PM Paulo Bordini, o Risadinha (torturava dando risadinhas histéricas). Mesmo no pau-de-arara, Virgílio cuspiu nos torturadores.

"Mãos e pés amarrados, ele foi então derrubado em um canto da sala e, durante os vinte minutos seguintes, massacrado a pontapés. (...) O corpo de Jonas foi enterrado em cova rasa, como indigente, no cemitério da cidadezinha de Perus, pelos assassinos."

Antônio Carlos Fon, Tortura: A História da Repressão Política no Brasil, *1979, p. 38*

ROSE NOGUEIRA

"Não há como perdoar"

É de "amiga" que a dona da casa, jornalista Rose Nogueira, chama a mulher que a ajuda, a pernambucana Zuleide, que nos serve o café. Também estão na cozinha os dois cachorros de Rose: Menina e Requinho. Gravador ligado, e ela não pára mais de falar. São cinqüenta dias presa e sob tortura no Dops, Departamento de Ordem Política e Social, antes da transferência para o Presídio Tiradentes, em São Paulo. Quatro décadas depois, a ex-militante da Ação Libertadora Nacional, ALN, é presidente do Condepe, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e do grupo Tortura Nunca Mais, fundado na década de 1970.

Ela lembra o "pior dia" que viveu nas mãos dos torturadores. Estamos no início de dezembro de 1969. O delegado Sérgio Paranhos Fleury vai até sua cela. Ameaça quebrar as pernas de Cacá e tocar fogo nele. Carlos Clauset, o Cacá, é seu filho de dois meses. O chefe da polícia política quer que Rose fale sobre o paradeiro de Frei Betto, colega de militância.

"Betto foi meu chefe na *Folha da Tarde*. Havia dito que iria para a Alemanha. Nem imaginava que, naquela altura, estivesse preso no Rio Grande do Sul."

Fleury sabia da prisão do frade dominicano, mas queria obter de Rose algo que pudesse confrontar com o depoimento dele. No dia em que arrancaram Rose de sua casa, em Pinheiros, os agentes encontraram no quarto da empregada uma mala de Frei Betto.

"Não acharam nada demais, apenas algumas fotos do Betto noviciando", conta Rose.

O que também pôs a jornalista na mira foi sua ligação com Carlos Marighella, ex-deputado e fundador da ALN. Marighella chegou a dormir algumas vezes na casa de Rose. A intenção de Fleury era pegá-lo lá, junto com Rose e seu marido Luiz Roberto Clauset, na madrugada do dia 3 para 4 de novembro de 1969. O líder guerrilheiro seria executado pouco mais de doze horas depois que detiveram Rose.

Ela acabou presa junto com o marido, também jornalista. Mas primeiro levaram Clauset, naquela madrugada de 4 de novembro. Rose relutou em deixar Cacá nas mãos dos agentes. Não queria que levassem o bebê para o Juizado de Menores. Fleury permitiu que ficasse até a tarde com o bebê, amarrada ao sofá da sala. Ao voltar do Dops, Fleury decidiu que Cacá iria para a casa dos sogros de Rose.

"Você invente uma história. Se abrir a boca, já sabe."

O torturador lhe belisca as nádegas, as costas

Na sala do Dops onde começam a interrogar Rose junto com outros presos, "tinha um papelão enorme na parede, com uma caveira, em que estava escrito E. M.". São as iniciais do Esquadrão da Morte chefiado por Fleury. Toca o telefone. Um agente foi ao banheiro e os colegas o chamam. Alguém lhe grita: "Depressa, depressa! Pegamos o bicho. Hoje é o último dia do chefe."

Referia-se a Marighella. Tinham acabado de matá-lo (veja fascículo 6, p. 164).

Rose tem 23 anos e faz parte do apoio logístico da ALN. Não acredita que pegaram Marighella. Levam-na para a última cela do corredor, espaço pequeno. Um dos agentes se masturba na frente de Rose. Ela está nua. Ele lhe belisca as nádegas, as costas, e tão violentamente que a machuca.

"Fiquei com essa parte preta mesmo", explica, mostrando a região lombar.

ROSE, SOBRE UM DELEGADO QUE A TORTUROU: *PARECIA UM LOUCO. SEGURAVA MINHA CABEÇA E BERRAVA NO MEU OUVIDO.*

Documento do Dops mostra dia da prisão de Rosimeiry, a Rose: 4 de novembro de 1969, data da morte de Marighella.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRISÕES

Relação geral dos presos à disposição das autoridades abaixo:

9 José Maria Domingues dos Santos 04-11-69
0 Rosimeiry Nogueira Clauset 04-11-69 averiguações
Sebastiana Correa Bitencourt Guimarães 04-11-69

N.º DE ORDEM	NOME	DATA DA	AUTORIDADE	OBSERVAÇÕES
79	José Maria Domingues dos Santos	04-11-69	"	"
80	Rosimeiry Nogueira Clauset	04-11-69	"	"
[illegible]	Sebastiana Correa Bitencourt Guimarães	04-11-69	"	"
82	Ana Wilma Oliveira Moraes e Vasconcelos	04-11-69	"	"
83	Elsa Makiko Kishi	05-11-69	"	"
84	Hermenegildo Conceição Segalla	05-11-69	"	"
85	Luis Ferreira Brum	05-11-69	"	"
86	José Aleixo Filho	05-11-69	"	"
87	Oswaldo Mora Novais	05-11-69	"	"
88	Antonio Rodrigues Maranhão	05-11-69	"	"
89	José Paschoal de Brito Filho	05-11-69	"	"

13/11 69

QUADRO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE RÁDIO E TELEJORNA

NOME	ADMISSÃO	
...UDIMIR HERZOG	01.09.75	Chefe do Telejorna...
...NEIS	04.09.75	Editor C...
...SEMERY NOGUEIRA CLAUSET	01.01.74	Editora
...MÉTRIO COSTA	02.09.74	Editor
...RIA LÉA MACIEL MONTEIRO	15.09.75	Editora
...VIO ROBERTO GOMES	09.09.75	Redator
...ICARDO NUCCY	10.09.75	Redator
...	01.09.75	Chefe d...
...IRIAN INÊZ IBAÑEZ	08.09.75	Sub Che...
...AULO ROBERTO LOBO LEANDRO	01.11.74	Reporte...
...RANCISCO JOSÉ BARROSO FALCÃO	01.05.75	Reporte...
...FONSO ALVES MONACO	01.11.73	Reporte...
...RMANDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA NETO	01.12.72	Reporte...
...AURINDO LEAL FILHO	01.06.74	Reporte...
JOSÉ CRISTOVAN DE GÓES	01.12.72	Reporte...
MARIA ANITA BATISTA DE MESQUITA	02.09.74	Reporte...
GABRIEL PRIOLLI NETO	01.04.75	Reporte...

...UDIMIR HERZOG	01.09.75	Chefe do Deptº Rádio e Telejornalismo
...NEIS	04.09.75	Editor Chefe
...SEMERY NOGUEIRA CLAUSET	01.01.74	Editora
...MÉTRIO COSTA	02.09.74	Editor

Quadro de funcionários do jornalismo da TV Cultura de São Paulo mostra que Rose Nogueira trabalhava como editora sob a chefia de Vladimir Herzog quando o assassinaram no Doi-Codi paulista.

Uma sessão com o delegado Ivair

"Eu tinha vindo da revista *Intervalo* e, na *Folha da Tarde*, cobria variedades. Na minha agenda tinha muita gente de teatro, cinema, televisão. O delegado Ivair Freitas Garcia gritou: 'Você está falando que é jornalista. É nada, é da turma do cinema. Tudo subversivo, pior que o pessoal do jornal!' Gritava tanto que meu ouvido doía. Ele me mostrou, 'está aqui, essa agenda te entrega, menina, você quer trabalhar no cinema americano'. E começou a gritar, que eu nunca iria entrar nos Estados Unidos, era uma subversiva. Parecia um louco. Segurava minha cabeça e berrava no meu ouvido. Tinha que ter o sofrimento físico. Depois, me deu um monte de tapa na cabeça e me mandou descer. Saí de lá com o nariz sangrando."

Rose Nogueira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de São Paulo

Carlos Marighella, o líder da ALN, costumava abrigar-se na casa de Rose. Na madrugada de 4 de novembro de 1969, quando a prendeu, o delegado Fleury esperava apanhar também Marighella.

"Adoro me apaixonar"

Rose sabe que o marido está preso numa cela próxima. Passa os piores dias de sua vida. Seguem as torturas. O estado de saúde de Rose se agrava: há menos de dois meses, depois do nascimento de Cacá, ficou mais de vinte dias internada. Passou por uma cirurgia na bexiga. Colocaram-lhe uma sonda. No Dops, Rose então pega uma infecção puerperal. **Nunca mais poderá engravidar.** Ela diz, chorando:

"Não há como perdoar isso."

Rose Nogueira foi educada em colégio de freiras. Nasceu em Jacareí, interior de São Paulo, e a família mudou para a capital antes que ela completasse 1 ano. Hoje com 61 anos, mora no Alto do Sumaré, zona oeste de São Paulo. Entrou mocinha para o Partidão, como chamavam o PCB, por amor a Paulo Viana, seu namorado na época. Confidencia que se apaixonou muitas vezes.

"Adoro me apaixonar", diz.



Documento do Comitê Brasileiro pela Anistia reclama o paradeiro de seus parentes mortos no Araguaia.

FASCÍCULO NÚMERO 8: *Governo Médici (1969-1974) – Terror total*

VOCÊ VAI VER:

A guerrilha do Araguaia | Ordens de cima: ninguém deve escapar com vida | Quem eram Fleury e Cabo Anselmo, os grandes vilões | A tensa sucessão de Médici | O Livro Negro da Ditadura | Igreja *versus* Governo | Dois casos emblemáticos: Ana Lídia e Aracelli

A DITADURA MILITAR NO BRASIL
PLANEJAMENTO:
José Arbex Jr. e Hamilton Octavio de Souza
REDATORES:
Lana Nowikow, Ricardo Vespucci, Letícia Nunes de Moraes, Cylene Dworzak Dalbon, Marcos Zibordi, Mariana Santos, Rodrigo Aranha, Léo Arcoverde, Fernanda Ikedo
PREPARAÇÃO E REVISÃO:
Mauro Feliciano
DIREÇÃO GRÁFICA E PROJETO:
Michaella Pivetti
EDIÇÃO DE ARTE:
David Magila
ASSISTÊNCIA DE ARTE:
Mariana Nóbrega
FOTOS:
Amancio Chiodi
PESQUISA ICONOGRÁFICA:
memória@plugnet.com.br, biblioteca@masp.art.br, www.sbd.fflch.com.usp.br, Flora Bonatto e Amancio Chiodi
EDITOR:
Mylton Severiano
DIRETOR RESPONSÁVEL:
Sérgio de Souza
© 2007
Caros Amigos
EDITOR: **Sérgio de Souza**
EDITOR EXECUTIVO: **Mylton Severiano**
EDITORES ESPECIAIS: **José Arbex Jr., Renato Pompeu e Roberto Manera**
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO: **Thiago Domenici**
EDITORA DE ARTE: **Michaella Pivetti**
ASSISTENTE DE ARTE: **Mariana Nóbrega**
PROJETO GRÁFICO: **Michaella Pivetti**
EDITOR DE FOTOGRAFIA: **Walter Firmo**
ASSISTENTE DE REDAÇÃO: **Vinícius Augusto Souto**
REPÓRTERES: **Andrea Dip, Ana Luiza Moulatlet, Léo Arcoverde, Roberto Manera, Marcos Zibordi, Fernando Evangelista e João de Barros**
TEXTO: **Mauro Feliciano e Lilian do Amaral Vieira**
ESTAGIÁRIOS: **Camila Martins, Flora Bonatto, Natália Mendes, Mariana Santos e Rodrigo Aranha**
CORRESPONDENTES: **Mariana Camarotti (Buenos Aires), Bosco Martins (Mato Grosso do Sul) e Marcelo Salles (Rio de Janeiro)**
SITE E CORREIO CAROS AMIGOS: **Thiago Domenici e Ecomm**
DIRETOR COMERCIAL: **Wagner Nabuco de Araújo**
DIRETOR DE MARKETING: **André Herrmann**
CIRCULAÇÃO: **Gerente: Cristiano de Carvalho Braga**
ASSISTENTES: **Elisângela Santana e Pedro Nabuco de Araújo**
PUBLICIDADE: EXECUTIVA DE CONTAS: **Elaine Sodré**
ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: SUPERVISORA: **Ingrid Hentschel**
CONTROLE E PROCESSOS: GERENTE: **Wanderley Alves**
ASSISTENTE: **André Joaquim**
LIVROS CASA AMARELA: **Heitor Paixão e Clarice Alvon**
APOIO: **Simone Alves, Neidivaldo dos Anjos e Levi Joaquim**
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: **Nicodemus Pessoa e Nasson Nogueira**
ASSESSORIA JURÍDICA: **Marco Túlio Bottino, Aton Fon Filho, Juvelino Strozake e Suzana Paim Figueiredo**
REPRESENTANTES DE PUBLICIDADE:
BRASÍLIA: **Joaquim Barroncas (61) 9972-0741**
EDITORA CASA AMARELA
REVISTAS | LIVROS | SERVIÇOS EDITORIAIS
DIRETORIA: SÉRGIO DE SOUZA, WAGNER NABUCO DE ARAÚJO
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA FIDALGA, 162,
CEP 05432-000, SÃO PAULO, SP,
TELEFONE 3819-0130
REDACAO@CAROSAMIGOS.COM.BR

FONTES CONSULTADAS:

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Bauru: EDUSC, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978), o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S.Paulo e Movimento. Bauru, SP, EDUSC, 1999.

Arquidiocese de São Paulo. Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; e CASTRO, Celso. 1964 Visões do Golpe. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. CD-ROM.

HUGGINS, Martha et alii. Operários da violência. Brasília: Editora UnB, 2006. Polícia e Política – Relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

PARRON, Milton. A Revolução de Março de 64. Série de programas na Rádio USP, São Paulo, março de 1999.

RIBEIRO, Darcy. Aos Trancos e Barrancos – Como o Brasil Deu no que Deu. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

SILVA, Mylton Severiano; CHIODI, Amancio. Vinte Casos Exemplares, exposição realizada em 1995 em São Paulo, Londrina (PR) e Porto Alegre. Também em Twenty Exemplary Cases: http://www.brazilian-music.com/20cases/

PERIÓDICOS E INTERNET

Coleções dos jornais Última Hora, Folha de S. Paulo, O Globo e das revistas Manchete e O Cruzeiro; Caros Amigos especial – O Golpe de 64, março de 2004.

http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

coleções
Caros amigos

plano da obra

1
A NOITE DO GOLPE

2
ANTECEDENTES: O SUICÍDIO DE VARGAS

3
GOVERNO JANGO (1961-1964)

4
GOVERNO CASTELO BRANCO (1964-1967)

5
GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)

6
GOVERNO MÉDICI (1969-1974): O MILAGRE

7
GOVERNO MÉDICI: A TORTURA

8
GOVERNO MÉDICI: TERROR TOTAL

9
GOVERNO GEISEL (1974-1978): FIM DO MILAGRE

10
GOVERNO GEISEL: EXTINTA A LUTA ARMADA

11
GOVERNO GEISEL: A ABERTURA

12
GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985): FIM DA DITADURA

12
FASCÍCULOS QUINZENAIS EM QUATRO CORES

32
PÁGINAS POR FASCÍCULO (384 PÁGINAS NO TOTAL)

a ditadura militar no Brasil

JUNTO COM O NÚMERO
6
CAPA DURA, GRÁTIS, PARA ENCADERNAR A COLEÇÃO

caros amigos editora